

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano XI — N°. 62 — jan./fev. 2019



Mala Direta
Básica

9912340195/2013-DR/RJ

Flocruz

Correios

ENTREVISTA

Carlos Roberto Jamil Cury fala
sobre a BNCC do Ensino Médio

SAÚDE DA FAMÍLIA

Estratégia completa 25 anos

CHEGA DE
VIOLÊNCIA

**O feminicídio recrudescer no país
e revela um ciclo de violências que
atinge sistematicamente as mulheres**



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano XI - Nº 62 - jan./fev. 2019

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editora e Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Cátia Guimarães

Repórteres

Ana Paula Evangelista /Cátia Guimarães /
Katia Machado / Maíra Mathias

Projeto Gráfico

José Luiz Fonseca Jr.

Diagramação

José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão /
Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Foto de Capa

Mídia Ninja

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Ana Paula Evangelista

Comunicação Interna

Julia Neves / Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

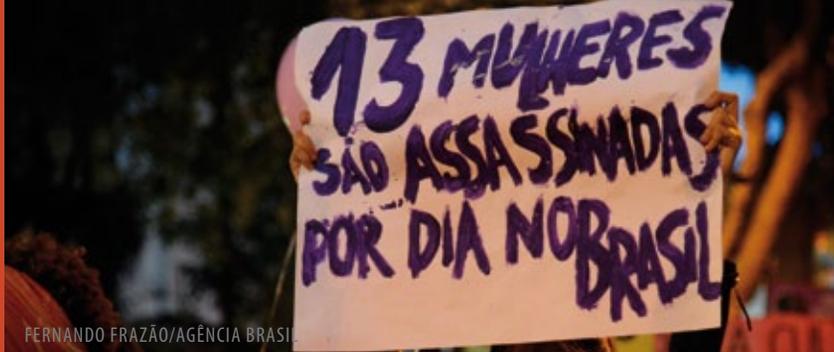
Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento
Editora e Gráfica

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Alexandre Pessoa / Ana Beatriz Noronha / Anakeila Stauffer / José Mauro da Conceição Pinto / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Molinaro / Fernanda Martins / Gilberto Estrela / José Orbílio de Souza Abreu / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marise Ramos / Pedro Castilho / Rosa Maria Correa / Sergio Ricardo de Oliveira / Tiago Marques



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

PANORAMA

2

RADAR DOS TÉCNICOS

4

CAPA

Marcas que não se apagam, pois que matam 6

SAÚDE DO TRABALHADOR

A ponta do iceberg 14

ENTREVISTA

Carlos Roberto Jamil Cury - 'O ensino médio sempre foi a pedra de toque da desigualdade social expressa na desigualdade educacional' 18

PAPEL DA ESCOLA

Afinal, qual é a função social da escola? 22

ATENÇÃO BÁSICA

Mais perto das pessoas 26

DICIONÁRIO

Sustentabilidade 31



/EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@EPSJVFiocruz



EPSJV/Fiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site
www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

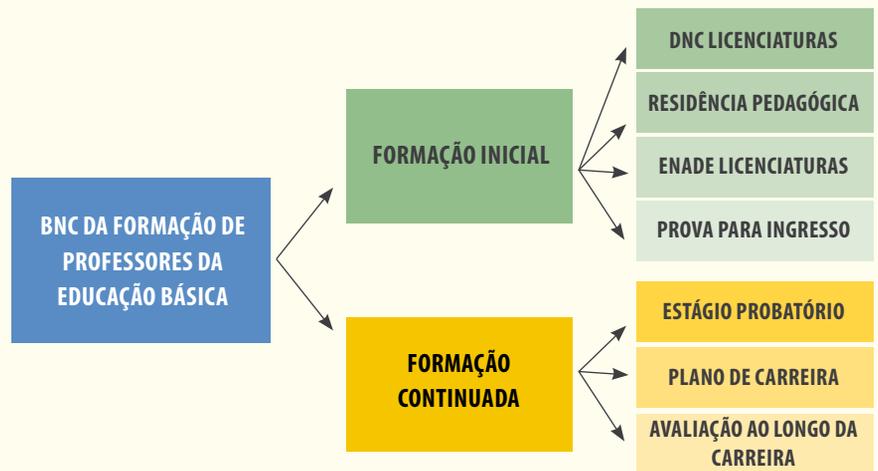
Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

» “Nova” Base para formação de professores

O Ministério da Educação apresentou em dezembro passado uma proposta de Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. O texto destaca o projeto de uma formação voltada para a prática e orientada por competências. O MEC sugere ainda no texto uma progressão de carreira de acordo com o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades. Haverá quatro níveis de proficiência dos professores: inicial, para o formado na graduação; probatório, para os novatos; altamente eficiente, para quem está em nível avançado na carreira e deverá demonstrar habilidades complexas; e o líder, que estará no nível mais alto e terá responsabilidades e compromissos mais amplos. Além disso, traz sugestões de modificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) para que seja anual e sirva como habilitação à docência. A proposta será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).



Diversos setores da comunidade escolar se mostraram surpresos com a apresentação da proposta. Em nota publicada dia 17 de dezembro, a Anped afirma que “o MEC mais uma vez coloca unilateralmente em destaque um novo documento sem qualquer escuta à comunidade escolar, aos pesquisadores, às escolas e às universidades”. E questiona: “Novas diretrizes de formação de professores? Novas para quem? O MEC sabe que as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais (DCN) para formação de professores de 2016 foram amplamente discutidas e aprovadas pelo CNE com amplo debate com todos os setores da sociedade?”.

Em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz, Helena de Freitas, professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que a Base propõe a revisão do curso de pedagogia de forma a fragmentar ainda mais a formação. Atualmente, de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2017, 83% das matrículas nos cursos de pedagogia estão nas instituições privadas e parte desta formação é feita à distância. “O MEC fez uma proposta de tábula rasa, ignorando o histórico de luta dos professores muito por conta do envolvimento do empresário na construção da Base. E, com isso, afastaram os educadores profissionais, as universidades, os sindicatos. Tem sido assim desde 2010”, diz.

» Menos médicos no ‘Mais Médicos’

Com a saída dos médicos cubanos do ‘Mais Médicos’, o governo federal abriu um edital para os brasileiros interessados em participar do programa. No dia 14 de dezembro, acabaria o prazo para que os 8.411 inscritos se apresentassem nos novos postos de trabalho. Entretanto, até o dia 18 de dezembro – prazo prorrogado pelo Ministério da Saúde –, somente 5.972 compareceram. Quadro igualmente preocupante diz respeito a outras 106 vagas que não tiveram sequer interessados. Elas correspondem a 31 localidades, sendo 23 municípios do Amazonas, Pará, Piauí e Rondônia, além de oito Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a uma ou mais terras indígenas. As inscrições para o programa ‘Mais Médicos’ foram abertas no dia 20 de novembro.

Pairam ainda preocupações sobre o impacto da reformulação do programa sobre a atenção básica, já que muitos médicos que se apresentaram atuavam anteriormente em outras funções, principalmente na Estratégia da Saúde da Família. “Constatamos que cerca de 2.800 médicos migraram da Estratégia de Saúde da Família para o programa ‘Mais Médicos’. Obviamente isso traz um prejuízo para o município, mas esses médicos estão em municípios não listados

no programa, portanto, naqueles que conseguem fixar médicos”, explica Mauro Junqueira, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Além disso, foi levantada a preocupação de que o número de profissionais no programa possa reduzir ainda mais no início do ano quando são iniciados os programas de residência médicas. “Esse possível desfalque faz parte do dia-a-dia da gestão municipal. O que a gente está discutindo e buscando com o Ministério de Saúde e Conass [Conselho Nacional dos Secretários de Saúde] é achar formas de atrair os médicos para que a gente consiga fixar esse profissional na Estratégia de Saúde da Família”.



A 3ª Conae aconteceu?

Foi sem alarde, e muita gente nem ficou sabendo, mas entre os dias 21 e 23 de novembro de 2018 aconteceu em Brasília a 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae). E mesmo após a realização do evento, são poucas as informações disponíveis no site da Conae 2018. Até o fechamento dessa revista, o documento final também ainda não se encontrava disponível. Em abril, tinha sido realizada a 1ª Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), convocada por entidades que foram retiradas da composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) por meio de um decreto editado pelo Ministério da Educação em abril, ou que saíram do FNE em protesto contra o que denunciaram como uma tentativa de esvaziar o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o processo de construção da 3ª Conae. Entre as que fizeram essa opção, estão organizações como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz, Giselda Freire Diniz, que participou da 3ª Conae como observadora, afirmou que o receio de esvaziamento não foi infundado. Segundo ela, participaram da conferência cerca de 1,5 mil pessoas, entre delegados e observadores, número bem menor do que a segunda edição do evento, realizada em 2014, que contou com quase quatro mil pessoas. Giselda relata ainda que muitos dos presentes não tinham participado das etapas preparatórias para a Conae nos municípios e estados. Alguns, como a Paraíba, sequer fizeram conferências estaduais. O motivo? Segundo ela, a falta de incentivo do MEC e o calendário eleitoral. “O fato de muitas pessoas que estavam lá não terem participado das etapas preparatórias para discutir o documento de referência prejudicou muito. É muito difícil você chegar de última hora e dar a sua contribuição ou estar lá representando o seu órgão e a sua entidade sem ter participado da construção do documento. Tem que ter uma discussão prévia”, afirmou.



CNS tem novo presidente

Fernando Zasso Pigatto foi eleito pelo pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS) como novo presidente para atuar até 2021. Pigatto é conselheiro nacional de saúde desde 2014, representante dos usuários pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). De acordo com nota pública do CNS, após a votação, que ocorreu em 14 de dezembro em Brasília, o novo presidente ressaltou a importância do controle social. “O papel do controle social no Brasil nunca foi fácil. De mãos dadas, vamos conseguir superar as adversidades. O funcionamento do CNS é essencial para a democracia e tem que continuar existindo plenamente, dialogando com a gestão, mas também cobrando a execução das políticas de saúde”, disse o novo presidente.

Fernando Pigatto é formado em Gestão Ambiental pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Iniciou sua atuação social na década de 1980 em grupos de jovens da Pastoral da Juventude e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica. Atualmente é presidente da Federação Gaúcha das Uniões de Associações de Moradores e Entidades Comunitárias (FEGAMEC). No CNS, foi coordenador da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde, responsável pela coordenação da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde e pela aprovação da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).



Escola sem Partido arquivado

Depois de inúmeras tentativas, sessões marcadas por muita discussão, protestos e críticas, a comissão especial da Câmara dos Deputados que discutia o projeto Escola sem Partido (PL 7180/14) fechou 2018 sem conseguir votar a proposta por falta de quórum. Por isso, a proposta está arquivada.

O presidente da comissão especial, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), decidiu que a reunião convocada no dia 11 de dezembro seria a última do colegiado. Essa foi a 12ª reunião que tentou votar o parecer do projeto que denuncia – e tenta combater – uma suposta “doutrinação” na sala de aula. Em julho foram convocadas as primeiras reuniões da comissão para a discussão e votação do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP). No entanto, com o fim da legislatura, todos os projetos que não tiveram parecer aprovado nas comissões foram automaticamente arquivados e o Escola Sem Partido entrou nesse montante. Caberá à nova Câmara, que toma posse em 1º de fevereiro de 2019, analisar novamente o assunto.

O texto sofreu algumas modificações desde que começou sua tramitação. No entanto, mesmo após muitas críticas, o projeto arquivado mantém a proibição do uso dos termos “gênero” e “orientação sexual” nas escolas, bem como veda a promoção do que o PL chama de “ideologia de gênero” e “preferências políticas e partidárias” em livros didáticos e paradidáticos, avaliações para o ingresso no ensino superior, provas de concurso para o ingresso na carreira de professor e instituições de ensino superior, nas políticas e planos educacionais, nos conteúdos curriculares e nos projetos pedagógicos das escolas.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO SUS

ALINE SAMPAIO/EPSJV



Foi encerrada, em dezembro de 2018, a segunda etapa do Curso de Educação Popular em Saúde (EdPopSUS). Trata-se de um processo formativo nacional, coordenado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em parceria com os estados integrantes, e financiado pelo Ministério da Saúde. O curso foi realizado ao longo dos últimos três anos e chegou a 15 estados brasileiros, formando mais de 9.500 educandos – entre agentes comunitários de saúde e de combate a endemias (ACS e ACE), conselheiros de saúde, militantes de movimentos sociais e lideranças comunitárias – e envolvendo mais de 600 educadores. O encerramento, realizado durante o 1º Encontro Nacional do EdPopSUS, que entre 3 e 5 de dezembro, na cidade de Caucaia (CE), reuniu 280 participantes, foi oportuno para refletir sobre os desdobramentos do curso, sistematizar experiências, analisar o termo de referência do programa e, principalmente, organizar as ações do movimento de educação popular em saúde para manutenção da iniciativa.

Em sua primeira etapa em 2013, ele foi realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) e teve a EPSJV/Fiocruz no comitê gestor, voltado apenas ao ACS, com carga horária de 53 horas. Em 2015, por solicitação dos próprios participantes do curso, o projeto ampliou seu público alvo. Na segunda etapa, teve a EPSJV como coordenação nacional. A carga horária também foi ampliada para 160 horas e o material didático reformulado. Esta segunda versão também foi financiada pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. “O curso foi um sucesso, ultrapassamos a meta inicial, pois alguns estados

quiseram continuar o curso mesmo tendo terminado a sua cota, com financiamento próprio. A educação popular é uma maneira de fazer educação em saúde de uma forma crítica, problematizando as situações que existem do território e encontrando soluções para transformar a realidade”, observa a professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz e coordenadora nacional do EdPopSUS, Vera Joana Bornstein.

O curso evidenciou práticas populares centenárias, ressaltando o trabalho de parteiras e rezadeiras e incentivando, por exemplo, as Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PIS), que estão presentes em quase 54% dos municípios brasileiros, sendo 78% delas na atenção básica, segundo o Ministério da Saúde. “Gostei muito de participar do curso, aprendi muita coisa. Eu já fazia educação popular porque sou agente comunitário de saúde, mas agora as coisas estão ainda mais claras. Na minha comunidade, existe a parteira, a rezadeira, o pajé e damos muito valor a isso. Usamos remédios naturais, que vêm da natureza ou da nossa horta medicinal. E o EdPopSUS veio para fortalecer essas práticas”, conta o educando Sandro Piritó, que é Tuxuau (líder) de uma aldeia indígena na cidade de Pacaraima, em Roraima, na fronteira com a Venezuela.

TÉCNICOS EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA RECONHECIDOS PROFSSIONALMENTE

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram, em dezembro, a proposta de regulamentação da profissão de técnico em imobilização ortopédica. Esses profissionais atuam em hospitais e unidades de saúde fazendo a aplicação e remoção de gesso em pacientes fraturados e imobilizações ortopédicas com o uso de talas, por exemplo. No entanto, não têm sua profissão formalmente reconhecida. De acordo com o texto aprovado do Projeto de Lei 1.681/99, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP), será exigido, aos que atuam nessa área, ensino médio e um curso técnico em instituição reconhecida pelo governo, com carga horária mínima de 1.200 horas, de acordo com a recomendação do Catálogo Nacional de Cursos

Técnico do Ministério da Educação (MEC). Além disso, o texto orienta que o curso para formação de técnico em imobilização ortopédica só será reconhecido se for orientado por médico ortopedista e apresentar instalações satisfatórias, além da realização de aulas práticas e estágio.

RETS DISCUTE TRABALHO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE PELO MUNDO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) foi reconduzida, por unanimidade, à Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), papel que ocupa desde 2005, e também à Secretaria Executiva da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (RETS-CPLP), que cumpre desde 2009. A decisão foi tomada durante a 4ª Reunião Geral da RETS, realizada entre 12 e 14 de novembro no Rio de Janeiro. Na ocasião, também foi pactuado o plano de trabalho das redes para o período 2019-2022 e redigida a Declaração do Rio de Janeiro, na qual as instituições solicitam às autoridades locais, regionais e mundiais maior atenção ao tema da formação e do trabalho dos técnicos em saúde. Participaram do encontro representantes de escolas de formação em saúde e governos de Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Guiné Bissau, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Paraguai, Peru e Uruguai.

O encontro destacou-se pelo debate sobre os 40 anos da Conferência de Alma-Ata e a recente Conferência de Astana, incluindo a apresentação dos países sobre o cenário nacional nessa área. O Brasil, por exemplo, realçou a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF), que tem um importante papel no desenvolvimento da atenção básica do país e conta com a atuação de auxiliares e técnicos em enfermagem e saúde bucal, além dos agentes comunitários de saúde (ACS).

ACS E ACE GARANTEM REAJUSTE NO ORÇAMENTO DE 2019

Depois de muita mobilização, vetos e negociação, o piso dos agentes aumenta dos atuais R\$ 1.014 para R\$ 1.250, em janeiro de 2019. O parecer aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2018, destina R\$ 600 milhões para o reajuste dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE). O dinheiro será usado pelo Ministério da Saúde para bancar o reajuste dos agentes comunitários de saúde, previsto na Lei 13.708/18, que foi sancionada em agosto pelo então presidente Michel Temer com veto ao aumento salarial.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS AFRICANOS

Atendendo a mais uma demanda de cooperação internacional, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) oferecerá, neste ano de 2019, o Curso de Manutenção de Equipamentos de Laboratório de Patologia para jovens africanos pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A iniciativa faz parte de um acordo entre a Fiocruz e o Instituto Brasil-África (Ibraf). Com carga horária de 160 horas e 30 vagas, o curso será realizado durante quatro semanas do segundo semestre de 2019, na EPSJV/Fiocruz, no Rio de Janeiro. A coordenação e o corpo docente também serão compostos por profissionais da Escola Politécnica. Como estudantes, serão indicados dois ou três trabalhadores de cada um dos países da CPLP que trabalhem nos laboratórios públicos de seus países e que tenham, pelo menos, o equivalente ao ensino médio completo. Ao fim do curso, os alunos estarão capacitados na operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de laboratório de patologia.

Coordenadora de Cooperação Internacional da EPSJV/Fiocruz, Ingrid D'avilla conta que o projeto faz parte do contexto de prioridades da Fiocruz quanto às ações de cooperação Sul-Sul – ou seja, entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes. “Para a EPSJV, é a oportunidade de realizar, novamente, uma ação educativa com os países africanos. Essa ação reafirma os compromissos que temos assumido como centro colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) desde 2004 e como Secretaria Executiva da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP”, destaca.

A EPSJV/Fiocruz tem um histórico de parceria com a África. No ano de 2009, o Curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Gestão e Manutenção de Equipamentos em Saúde foi ofertado pela EPSJV/Fiocruz para um grupo de alunos de Moçambique, trabalhadores do Departamento de Manutenção do Ministério da Saúde do país africano. Dois anos depois, foi promovido

o Curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops), que formou professores e dirigentes de instituições públicas de formação de técnicos em saúde de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Bissau. As aulas aconteceram de forma itinerante nesses cinco países africanos e foram finalizadas na EPSJV/Fiocruz. Outras cooperações estruturantes foram realizadas em formatos de cursos ou ações mais pontuais, como apoio e construção de materiais didáticos nas áreas de Gestão em Saúde na Angola, BIODIAGNÓSTICO e VIGILÂNCIA em Saúde em Cabo Verde. Além disso, desde 2004, a Escola Politécnica é Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, participando de redes colaborativas internacionais, com o objetivo de contribuir para intensificar e qualificar a cooperação técnica entre os países, principalmente da América Latina e África.

MARCAS QUE NÃO SE APAGAM, POIS QUE MATAM

Especialistas alertam para o recrudescimento da violência contra meninas e mulheres no país e afirmam que encerrar o ciclo de agressões implica enfrentar o machismo de uma sociedade patriarcal

Katia Machado

Casos emblemáticos como o da advogada Tatiane Spitzner, de 29 anos, que antes de ser jogada do prédio em que morava, em Guarapuava (PR), no ano passado, foi agredida por mais de 20 minutos pelo marido Luís Felipe Manvalier, de 32, sem que ninguém denunciasse, ou da cabeleireira Tatiane Rodrigues da Silva, de 30 anos, morta a facadas em Governador Valadares (MG) pelo ex-namorado, Hamilton Ezequiel da Silva, de 33, que já tinha ficado 60 dias preso por agredi-la, retratam a última etapa de um ciclo de múltiplas violências que atinge estrutural e sistematicamente as mulheres brasileiras.

Apesar do cerco da legislação, especialmente da Lei Maria da Penha (11.340/2006) – que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, retirando o problema da esfera privada e a tratando como uma questão de Estado – e da Lei do Feminicídio (13.104/2015) – que incluiu o assassinato de mulheres como uma modalidade de homicídio, entrando no rol dos crimes hediondos –, os números da violência contra mulheres e meninas crescem assustadoramente: a cada dez assassinatos de mulheres pela sua condição de gênero cometidos na América Latina e Caribe em 2017, quatro ocorreram no Brasil. Os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), atualizados anualmente, revelam que o país concentrou em um ano 40% dos casos de assassinatos de mulheres ocorridos nos 23 países da região – com 1.133 mulheres assassinadas apenas por serem mulheres.

Desigualdades de gênero, classe e raça

Na mesma direção, o Mapa da Violência 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), identificou, apenas em 2016, um total de 4.645 mulheres assassinadas no país. Esse número indica uma taxa de 4,5 homicídios para cada cem mil brasileiras e um aumento de 6,4% no período de dez anos desse estudo. “A violência contra a mulher, face mais brutal e explícita do patriarcado, é entendida como toda e qualquer ação que fere a dignidade e a integridade física ou psicológica da mulher”, caracteriza a feminista e professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mirla Cisne.

A violência determinada pelas relações desiguais entre homens e mulheres, no entanto, **não é homogênea**: está permeada pelas relações de classe e raça. A edição de 2018 do Mapa da Violência revela que a taxa é maior entre as mulheres negras (5,3) do que entre as não-negras (3,1), evidenciando uma diferença de 71%. Em dez anos da série, o estudo verifica que enquanto a taxa de homicídios para cada cem mil

mulheres negras aumentou 15,4%, para as brancas foi registrada queda de 8%. O levantamento mostra que, entre 2006 e 2016, a taxa de assassinatos de mulheres negras em 20 estados brasileiros cresceu bastante, sendo que em 12 deles o aumento foi maior que 50%. “Todas as mulheres, independentemente da classe e da etnia, em uma sociedade patriarcal estão sujeitas a sofrer violência, mas não sofrem indiferenciadamente. A classe e a etnia não apenas imprimem novas determinações de violência, mas, também, tornam as mulheres mais propícias a ela”, acentua a professora da UERN.

Expressões da violação física

Entre os diversos tipos de violação à integridade e à dignidade humana das mulheres, Mirla salienta as violências física, sexual, psicológica, patrimonial, social e obstétrica. “Vamos caracterizar como violência contra a mulher tudo aquilo que ofende, agride, desvaloriza, explora e oprime as mulheres”, explica. A violência física – da qual pelo menos uma menina ou mulher é vítima a cada dois segundos no Brasil, conforme adverte o site Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha – pode ser entendida como todo ato que afeta diretamente o corpo da mulher. “São agressões como empurrões, beliscões, bofetadas, pontapés, arremesso de objetos, queimaduras e até feridas por arma branca ou de fogo, deixando marcas, como hematomas, arranhões, feridas, cortes e cicatrizes”, exemplifica a professora.

A realidade nua e crua da agressão física – que em geral vem acompanhada da violência verbal, como xingamentos e humilhações – está retratada em vários estudos. O relatório ‘Visível ou invisível: a vitimização de mulheres no Brasil’, por exemplo, produzido em 2017 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), denuncia que 29% das 853 mulheres que aceitaram responder à pesquisa – de uma amostra de 1.051 entrevistadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte – tinham sofrido ao menos algum tipo de violência física ou verbal nos últimos 12 meses. Desse montante, pelo menos 22% relataram ter sofrido insulto, humilhação ou xingamento, 10% informaram terem sido ameaçadas de apanhar ou ser chutada e empurradas e 9% das mulheres relataram ter sofrido com batidas, empurrões ou chutes, além das que disseram ter sofrido perseguições (9%).

A vitimização desses casos sobressai entre as mais jovens, principalmente na faixa de 16 a 24 anos (45%), assim como é maior entre as mulheres negras (31%) em relação às brancas (25%). A pesquisa chama atenção ainda para o perfil do agressor, verificando que a maioria dos casos de agressões físicas a mulheres pela sua condição de gênero é cometida por pessoas conhecidas da vítima (61%), entre elas 19% são cônjuges, companheiros ou namorados e 16%, ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados, seguidos por familiares e pessoas próximas, como amigos e vizinhos. Nesses casos, as agressões ocorrem mais na rua (42%), seguido da casa (35%), do bar/balada (10%) e da escola/faculdade (6%). Conforme avança a idade, no entan-

O peso da violência recai também sobre as pessoas transgêneras. Segundo a ONG Transgender Europe (TGEu), que congrega diferentes organizações de pessoas transgêneras, foram assassinadas 2.609 pessoas pertencentes ao grupo, em dez anos de levantamento (2008-2017), nos 71 países monitorados. Desse total, 1.071 foram mortas no Brasil, colocando o país no topo da lista. Por conta da violência sofrida, a expectativa de vida dessa população é bastante desigual em relação à população geral: enquanto a média de vida calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos brasileiros é de 75,8 anos, registrada em 2017, a da população transgênera cai para 72 anos. Afinal, informa o relatório da TGEu, 74% das vítimas estão na faixa etária entre 20 e 39 anos. “Há as violências contra grupos específicos de mulheres, como as trans e lésbicas, os estupro coletivos, formas de violência específicas contra as profissionais do sexo, as travestis, as moradoras de rua e as mulheres deficientes físicas”, explica a professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e fundadora da Rede Não Cala! USP, Ana Flávia D’Oliveira.

to, a proporção de mulheres agredidas no ambiente doméstico é maior, atingindo especialmente 63% das pessoas idosas.

O Instituto DataSenado, que a cada dois anos atualiza os números das violações dos corpos das mulheres, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, também revela que 67% das 1.116 brasileiras ouvidas entre março e abril de 2017 já sofreram alguma forma de violência física. A pesquisa constatou ainda uma relação entre a raça e o tipo de violência predominante. Entre as mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência física, enquanto o percentual de brasileiras brancas foi de 57%, o de negras (pretas e pardas) foi de 74%.

Os agressores mais frequentes identificados por essa pesquisa são os que têm ou tiveram relações afetivas com a vítima (74%). Ou seja, o autor da agressão é o atual marido, companheiro e namorado (41% dos casos) ou ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado (33%). A pesquisa do DataSenado, além de constatar um aumento significativo do percentual de mulheres vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem – passando de 18%, em 2015, para 29%, em 2017 –, revela que depois da violência física, segue em maior número a violência psicológica, com 47% das menções, e as violências moral e sexual, com 36% e 15%, respectivamente. “As diversas formas de violência contra as mulheres envolvem diferentes práticas e experiências de controle sobre os corpos das mulheres e das meninas, independente de quem a comete”, descreve a assistente social e professora da Universidade Federal do Amazonas, integrante do Observatório da Violência de Gênero do Amazonas, Milena Barroso.

Marcas por toda a vida

Segundo Relógios da Violência, a cada 1,4 segundo uma mulher é vítima de assédio e a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro no Brasil. A violência sexual é identificada

tanto no assédio sexual quanto nas situações em que a mulher é forçada a fazer sexo contra a sua vontade, seja por um estranho ou por seu cônjuge (nesse caso, denominado estupro conjugal). “Aqui, a coisificação da mulher como um objeto voltado para a satisfação alheia, em detrimento de si própria e de seus desejos, é explícita. Pesa nessa forma de violência a apropriação patriarcal mais latente sobre o corpo da mulher”, lastima Mirla.

A professora observa que, quando praticada pelo marido, esse tipo de violência infelizmente não é devidamente caracterizado. “A gente costuma sempre alertar que o sexo precisa ser consensual. Você não pode transar por desejo alheio ou para a satisfação do desejo alheio, em detrimento do seu corpo, da sua vontade. O estupro conjugal é também uma violência sexual”, reitera.

Face à magnitude do problema, a pesquisa ‘Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo’, publicada em 2013 na revista Caderno de Saúde Pública, atenta para os sérios efeitos que esse crime provoca nas esferas física e mental da mulher. De acordo com o estudo, as consequências físicas imediatas são a gravidez, infecções do aparelho reprodutivo e doenças sexualmente transmissíveis. Já no longo prazo, as mulheres podem desenvolver distúrbios na esfera da sexualidade, apresentando ainda maior vulnerabilidade para sintomas psiquiátricos, principalmente depressão, pânico, tentativa de suicídio e abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

A médica psiquiatra Cláudia Facuri, que integrou a equipe de atendimento à violência sexual do Hospital da Mulher Dr. José Aristodemo Pinotti da Universidade de Campinas (Unicamp), confirma que a situação da agressão sexual é danosa tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. “A vítima pode muitas vezes não se recuperar completamente do trauma”, sublinha. Ela elenca alguns problemas decorrentes deste crime: “Mulheres vítimas de abuso sexual reclamam de aumento de dor pélvica crônica, apresentam dificuldade sexual posterior, maior risco de obesidade e hipertensão, dificuldade de manter o autocuidado ao longo do tempo e problemas de depressão”.

A grandeza da violência sexual está retratada em números: segundo o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, anunciado em 2018 pelo FBSP, esse tipo de violação contra meninas e mulheres cresceu 8,4% de 2016 a 2017, passando de 54.968 para 60.018 casos registrados. Na mesma direção, a edição de 2018 do Mapa da Violência – com base nos dados da Segurança Pública, que identificou

49.497 casos de estupro em 2016, e nos registros do Sistema Único de Saúde (SUS), que contabilizou 22.918 notificações desse crime no mesmo ano – informa que 51% dos casos de estupros em 2016 vitimaram crianças com menos de 13 anos de idade.

51% dos casos de estupro vitimaram crianças com menos de 13 anos de idade

Esse levantamento aponta que, em 30% dos casos, o agressor era amigo ou conhecido da criança e, em outros 30%, foi um familiar próximo, como pai, irmão ou padrasto. No caso de vítimas adultas, quase 1/5 dos estupros foi cometido por cônjuges, namorados ou ex, sendo que em 53,52% dos crimes registrados o autor era desconhecido. Já nos casos de vítimas adolescentes, amigos, familiares e namorados, cônjuges ou ex foram autores do crime em 58,39%. Em geral, mostra o Mapa da Violência 2018, quando a vítima conhece o agressor (quase 55% dos casos), ela já havia sido vítima antes.

Um boletim epidemiológico do Ministério da Saúde divulgado em junho de 2018 chamou atenção para os milhares de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes cometidos na casa da vítima. Segundo o levantamento, entre 2011 e 2017, foram notificados 184.524 casos de abuso sexual, dos quais 31,5% foram contra crianças, sendo 70% deles cometidos no domicílio, e 45% contra adolescentes, sendo 58,2% consumados na própria residência.

O Mapa da Violência 2018 revela ainda que são as mulheres e meninas negras a maioria entre as vítimas da violência sexual (54%), seguidas pelas brancas (34,3%), indígenas (1,2%) e amarelas (0,7%) – 9,8% não informaram a raça/etnia. Outro dado desconcertante, como o próprio estudo acentua, é a vitimização de pessoas que, além de sofrerem a violência de gênero, ainda vivem em situação de vulnerabilidade por deficiências física e/ou psicológica: 10,3% das vítimas de estupro identificadas pelo estudo possuíam alguma deficiência e, destas, 12,2% sofreram estupro coletivo.

À vista de estudiosas e feministas estão também os casos de abuso sexual em ambiente escolar. Em São Paulo, em 2015, chegaram à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e ao Ministério Público Estadual (MP-SP) denúncias de estupro e violência sexual na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), tendo sido emblemático o caso do aluno da FMUSP acusado de dopar e estuprar três colegas. Um ano antes, no entanto, uma equipe de pesquisadores da faculdade, coordenada pela professora Maria Fernanda Tourinho Peres, já havia identificado que 43% dos participantes do estudo – 317 dos 1.072 estudantes matriculados na graduação da FMUSP em 2013 – tinham sofrido pelo menos algum tipo de assédio ou discriminação sexual. Desses, segundo o levantamento, apenas 24 (7%) afirmaram que não terem sofrido nenhum tipo de agressão.

FONTE: MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018

Este cenário motivou, inclusive, a criação da Rede Não Cala! USP, em 2015, oficializando o apoio que muitas docentes já prestavam de maneira individual às denúncias que recebiam de alunas, implicando de forma mais ampla a prevenção e o combate aos casos de violência, por meio também de campanhas educativas e de comunicação. Coordenadora desse grupo, a professora da FMUSP Ana Flávia D’Oliveira observa que as instituições escolares têm papel relevante no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens. “É muito importante visibilizar essa violência no interior de qualquer instituição de ensino, entendendo que ela não é um produto necessariamente da universidade ou da escola, mas de uma sociedade machista e patriarcal. Precisamos trazer o tema para dentro dessas instituições, especialmente porque formamos pessoas para o mundo do trabalho e que precisarão combater a desigualdade e a violência de gênero”, orienta a professora.

Medo de morrer é dominante

As especialistas dizem que os números da violência sexual certamente são maiores, porque o crime é um dos que têm maior índice de subnotificações, ou seja, nem chegam ao conhecimento da polícia. E por que muitas mulheres não denunciam? Ao buscar caminhos para o enfrentamento do problema, o Observatório da Mulher Contra a Violência, em conjunto com o Instituto de Pesquisa DataSenado, revela que as mulheres deixam de denunciar a agressão sofrida em razão, principalmente, do medo de sofrerem mais violência, seja por parte do agressor, seja por parte do Estado. Além disso, elas têm receio de o agressor sofrer violência por parte do Estado e de não conseguirem sustentar a si ou aos filhos, ou mesmo de serem socialmente excluídas.

Para Cláudia Facuri, conhecer seus direitos e ter uma rede de apoio são medidas que poderiam contribuir com o aumento das denúncias de agressão e interromper este ciclo de violência. “A vítima precisa se apropriar e conhecer seus direitos logo nos primeiros momentos de atendimento, antes mesmo de dar início ao tratamento médico psicológico”, orienta.

É importante destacar que o atendimento imediato às vítimas da violência sexual, sem a necessidade de registro policial, está contemplado, desde 2013, pela Lei do Minuto Seguinte (12.845), garantindo a qualquer pessoa abusada sexualmente

o direito à assistência para diagnóstico, tratamento de lesões, realização de exames que detectem doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. A legislação assegura assistência emergencial gratuita 24 horas por dia em qualquer hospital do Sistema Único de Saúde (SUS), público ou conveniado, obrigando inclusive os planos de saúde a cobrirem esses procedimentos em instituições privadas – à exceção do aborto, mesmo nas situações garantidas pela legislação, que são os casos de estupro, de risco de vida para a mulher causado pela gravidez e feto anencefálico. Nesses casos, o aborto só pode ser realizado no SUS. Ainda são previstos por lei acompanhamento psicológico, cirurgias plásticas reparadoras (quando necessário) e serviços de assistência social.

Mas nem todas as mulheres conseguem acesso a tudo o que a lei prevê. Segundo levantamento do Ministério da Saúde, com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, apenas 40% das vítimas de estupro registradas em 2017 foram atendidas pelo SUS. Isso significa que, naquele ano, somente 24 mil, de um total de 60 mil mulheres agredidas sexualmente, receberam tratamento em algum hospital. O problema é recorrente: em 2016, dos 49,5 mil estupros registrados pelo Atlas da Violência, produzido pelo Ipea e pelo FBSP, somente 20,2 mil vítimas foram socorridas por uma equipe de saúde.

A falta de conhecimento sobre a legislação e de atendimento adequado nos serviços de saúde levou o Ministério Público Federal em São Paulo a lançar, no ano passado, a campanha ‘Lei do Minuto Seguinte: sua palavra é a lei’. A iniciativa conta com vídeos, peças gráficas e ações de comunicação digital, todos baseados na premissa da legislação: a palavra da vítima é o suficiente. Além de explicar o que a lei garante – como o direito de realizar o aborto no SUS sem precisar apresentar boletim de ocorrência nem autorização judicial –, o que a vítima tem que fazer de imediato – neste caso, procurar o serviço de saúde e depois cuidar das questões relacionadas ao registro de ocorrência –, e quais as consequências da violência sexual – que são físicas e psicológicas, podendo causar depressão, desenvolvimento de síndrome do pânico e de pensamentos suicidas, distúrbios relativos à própria sexualidade e abuso de substâncias psicoativas –, a campanha orienta ligar para



o Disque 180 nos casos em que à mulher violentada é negado atendimento integral e gratuito ou fazer a denúncia pelo próprio site (www.leidominutoseguinte.mpf.mp.br).

Dores invisibilizadas

Salta ainda aos olhos da professora Mirla Cisne a violência social como expressão das discriminações e preconceitos sofridos pelas mulheres. Ela destaca como exemplos dessa violação os salários mais baixos em relação aos homens, a própria discriminação étnico-racial e a pequena representação feminina na política e nos espaços de poder. “Além disso, a violência social se materializa na desqualificação e mercantilização das mulheres, muito comum nas propagandas e em letras de músicas”, completa.

Ela realça ainda a violência psicológica, sempre presente nas demais formas de violência, ainda que intangível. “A violação psicológica diz respeito à relação de ameaça, de desvalorização, atinge a autoestima das mulheres e, por vezes, afeta a saúde mental delas”, detalha a professora.

Entre as formas de agressão contra as mulheres presentes em nossa sociedade fazem parte, ainda, a violência patrimonial – quando objetos materiais ou de valor sentimental são destruídos pelo agressor, como uma forma de atingir a mulher – e a obstétrica, que diferente das demais formas, não é principalmente praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, embora também haja casos assim. Esta última diz respeito ao momento da gestação, do parto e pós-parto e aponta um problema que tem diretamente a ver com os serviços de saúde. “É tudo aquilo que atinge as mulheres de forma física ou psicológica, seja no período de gestação, nascimento ou amamentação”, caracteriza Mirla. Ela revela que essa forma de violência também atinge mais mulheres negras e pobres. “Elas escutam piadas do tipo ‘na hora de fazer você gostou e agora está gemendo de dor’, ‘que mãe é você que não aguenta essa dor?’. Enfim, são as mulheres negras e pobres que costumam sofrer todas as formas de humilhação e desumanização na hora do parto. Sem citar as mulheres que fazem abortamento, que chegam a ser castigadas no momento do atendimento”, denuncia, lembrando que isso vai de encontro à Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde e ao código de ética médica.

Agredidas também no parto

Mirla recorda o Dossiê Violência Obstétrica ‘Parirás com dor’, elaborado pela Rede Parto do Princípio para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra as Mulheres do Senado Federal, em 2012. O documento traz relatos de mulheres que, no momento do parto, ouviram agressões do tipo: “Na hora que você estava fazendo, você não tava gritando desse jeito, né?”; “Não chora não, porque ano que vem você tá aqui de novo”; “Se você continuar com essa frescura, eu não vou te atender”; “Cala a boca! Fica quieta, senão vou te furar todinha”; “Na hora de fazer, você gostou, né?”.

A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Silvana Granado, que participou do estudo ‘Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento’, sobre atenção à gestação e ao parto, realizado entre 2011 e 2012, explica que qualquer ação de brutalidade ou maus-tratos e de discriminação por raça ou mesmo por idade sobre a mulher gestante pode e deve ser entendida como uma violência obstétrica. “Adolescentes grávidas, mulheres pobres e múltiplas ou que não têm companheiros costumam sofrer toda forma de agressão física ou verbal na hora do parto”, revela.

Em meio às práticas violentas no atendimento às mulheres gestantes, Silvana destaca também como exemplos de violência obstétrica as cesarianas desnecessárias – que chegam a 55,5% contra 44,5% de partos normais –, a indução de contrações do músculo uterino com oxitocina e a episiotomia – incisão efetuada na região do períneo para ampliar o canal de parto. Segundo a pesquisadora da Ensp/Fiocruz, com base na pesquisa ‘Nascer no Brasil’, apenas 5% das mulheres tiveram a chance de dar à luz sem intervenções durante o trabalho de parto. “A oxitocina causa muitas dores. Mas muitos profissionais usam a substância para acelerar o nascimento do bebê, porque alegam precisar esvaziar a sala de parto. Isso é uma agressão”, lamenta, citando ainda como prática agressiva e machista, recorrente em casos de parto normal, o chamado “ponto do marido”. “Isso acontece mesmo. É o ponto que se faz ao término da sutura de uma episiotomia, apertando a entrada da vagina, com o intuito de torná-la mais estreita, sob a justificativa de aumentar a satisfação sexual do marido”, critica, dizendo que é falsa a crença de que o parto normal danifica os tecidos vaginais.

A violência obstétrica está retratada, ainda, nos casos de abortamento. Segundo Silvana, é recorrente meninas e mulheres serem agredidas verbalmente quando sofrem um aborto, mesmo natural – e a elas, inclusive, ser negado um atendimento humanizado. “Não bastasse o sofrimento com a perda do bebê, essas mulheres relatam que são pressionadas de forma agressiva pelo profissional da maternidade para saber se tomaram alguma medicação, provocando a perda do filho”, diz.

“Se, por um lado, a legislação brasileira avançou bastante no tocante ao enfrentamento de certos tipos de violência contra a mulher, por outro, o país não conseguiu avançar no que tange ao direito reprodutivo da mulher e ao controle do seu próprio corpo”, salienta a professora Milena Barroso, da Universidade Federal do Amazonas. Mirla concorda e observa que essa é uma das pautas mais difíceis e desafiadoras para o movimento feminista, porque envolve o enfrentamento ao fundamentalismo religioso. “A gravidez não pode ser uma consequência biológica, mas ela deve ser uma opção. Nós, feministas, defendemos o direito ao aborto, enquanto os fundamentalistas nos apresentam como ‘defensoras de assassinato de bebês’”, lamenta, afirmando ainda que a legalização poderia implicar a redução de casos de aborto, realizados muitas vezes por pressão do companheiro, pai ou familiares, e protegeria a vida dessas mulheres, em especial das pobres e negras.

A magnitude dos casos de aborto no Brasil é alarmante: uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez, pelo menos, um aborto – isso significa que 4,7 milhões de mulheres entre 18 e 39 anos já abortaram. Os dados são da Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) de 2016, coordenada pelos pesquisadores Marcelo Medeiros, Alberto Madeiro e Débora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB) e Anis – Instituto de Bioética. São mulheres, de todas as idades, casadas ou não, que são mães hoje, de todas as religiões, ou sem religião, de todos os níveis educacionais, trabalhadoras ou não, de todas as classes sociais e grupos raciais, em todos os municípios e regiões do país, que atravessam a fronteira da legalidade para interromper uma gestação.

Mas as taxas de abortos não são uniformes: as mulheres das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, pobres, negras ou indígenas abortaram mais que as mulheres brancas e com maior escolaridade. A edição de 2016 da Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) revela que os casos de aborto são maiores entre mulheres nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste (15% e 18%, respectivamente) do que nas regiões Sudeste e Sul (11% e 6%). Da mesma forma que os índices são maiores em capitais (16%) do que em áreas não metropolitanas (11%). Abortaram mais as mulheres com escolaridade até o quinto ano (22%) contra as que têm nível superior (11%), bem como as que têm renda familiar de até um salário-mínimo (16%), enquanto as que têm renda alta – ou seja, mais de cinco salários mínimos – foram 8%. Entre as mulheres amarelas, pretas, pardas e indígenas, foram registradas taxas que variaram entre 13% e 25%, enquanto entre as brancas esse índice foi de 9%.

A pesquisa mostra, também, que quase metade das mulheres aborta usando medicamentos (48%), sem se confirmar, no entanto, qual foi a substância usada, ainda que se tenha conhecimento de que o Misoprostol¹³, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a realização de abortos seguros, é o mais usado no país. A proporção de mulheres que precisou ser internada para finalizar o aborto foi, também, de 48%.

Resultado da batalha feminista

O avanço da legislação na prevenção e combate à violência contra meninas e mulheres é um consenso. A Lei Maria da Penha, emblemática para as feministas no combate ao machismo e ao sexismo, tornou-se o principal instrumento legal para coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra mulheres no Brasil, alterando os instrumentos para processar

e condenar os agressores e afastando a competência dos Juizados Especiais Criminais para julgar os casos relacionados a essa violência. “Trata-se do resultado de uma longa trajetória de luta dos movimentos feministas e dos direitos humanos, passando a reconhecer e tratar a violência contra a mulher como uma questão pública e, como tal, dever do Estado em intervir e coibir sua prática”, observa Mirla Cisne.

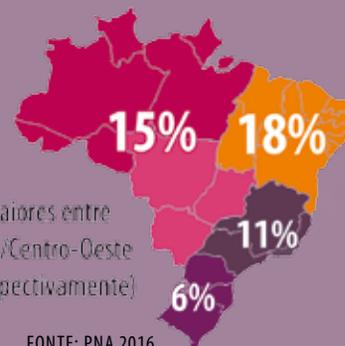
Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual, está prevista na Lei 11.340/2006. “Isso foi um grande avanço, uma vez que a violência contra a mulher era comumente restrita à violência física e, ainda assim, muitas vezes sendo encarada como um problema de ordem privada. Além disso, foi a primeira lei brasileira a reconhecer a relação entre pessoas do mesmo sexo, abrindo caminhos legais para a conquista de direitos por parte das pessoas não heterossexuais”, acrescenta a professora da UERN.

No texto da lei, destacam-se todas as formas de violência: a física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a psicológica, que se refere a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher; a sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; a patrimonial, referente a qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; e, também, a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Na avaliação de Mirla, a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher são algumas das medidas de prevenção da violência previstas na lei que avançaram e contribuem para o enfrentamento do problema. A professora, porém, considera ainda incipiente o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e fa-



FONTE: PNA 2016



Os casos de aborto são maiores entre mulheres nas regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste (15% e 18%, respectivamente)

FONTE: PNA 2016

miliar, especialmente a implementação de serviço policial especializado, como as Delegacias de Atendimento à Mulher. “A rede de atendimento prevista na Lei Maria da Penha é fundamental. Mas sua efetivação é insuficiente e precária, concentrando-se mais nas capitais”, critica Mirla, informando que, até mesmo nas capitais, essa rede tem funcionado com baixa qualidade.

Criadas em 1985 em São Paulo, como resposta ao grande número de reclamações quanto ao atendimento recebido por mulheres nas delegacias comuns, as delegacias especializadas de atendimento à mulher são poucas e de difícil acesso: estão

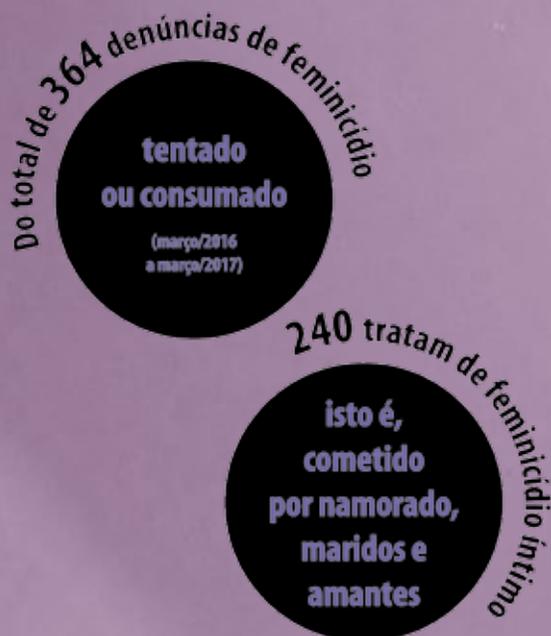
apenas em 5% das cidades brasileiras. De acordo com o Programa de Bolsas de Reportagem da Revista AzMina, que fez um levantamento dessas instituições em 2016, entrando em contato com todas as secretarias estaduais de Segurança Pública, a quem essas unidades estão subordinadas, há apenas 461 delegacias especializadas no país, sendo a maior parte em São Paulo, onde tudo começou, com 132 unidades, seguido por Minas Gerais, com 71. O Rio de Janeiro, onde em 2017 foram registrados mais de quatro mil casos de mulheres vítimas de violência sexual, segundo o Dossiê Mulher, por exemplo, o número de delegacias especializadas é de 14. E não há lei que determine quantas delegacias devem existir em cada localidade e como o governo deve trabalhar para criá-las.

O levantamento de AzMina observa que, ainda que representem a porta de entrada em uma rede de apoio que ajuda a mulher sair da situação de violência, nem todas as unidades funcionam direito: em muitas delas, é recorrente o mal atendimento, o machismo institucional e a falta de estrutura.

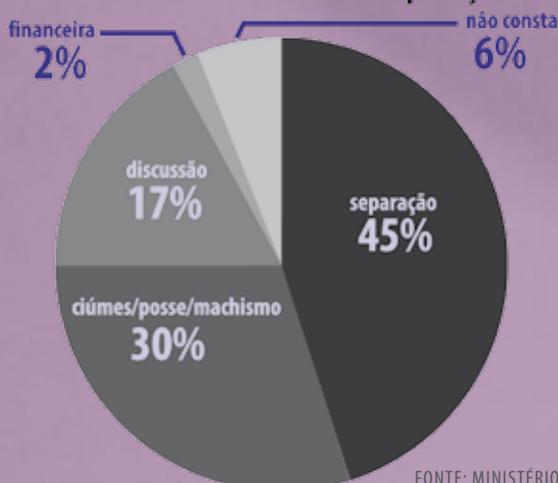
Isso porque, segundo o texto da lei, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ser prestado de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no SUS e no Sistema Único de Segurança Pública, permitindo à mulher violentada ser incluída por um juiz no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal, ter o direito à remoção do trabalho, quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta, e à manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses, além do atendimento prioritário quanto aos serviços de contracepção de emergência, à profilaxia das DSTs e do HIV/Aids e a outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

Entendendo a urgência no enfrentamento da violência doméstica e familiar e compreendendo que uma mulher morta foi antes vítima de um ciclo de violência dentro de sua própria casa, o Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo – estado que registrou em 2018, segundo a Secretaria de Segurança Pública, um caso de feminicídio a cada quatro dias – lançou em 2018 a pesquisa ‘Raio-X do Feminicídio em São Paulo’, por meio do qual identificou que o inconformismo com a separação (45%) é a principal motivação do crime, seguido de ciúmes ou posse (30%) e em

Raio-X do Feminicídio: como morrem as mulheres em São Paulo



Principal motivação do feminicídio íntimo é o inconformismo com a separação



meio a uma discussão (17%). Ao analisar 364 processos de assassinatos pela condição de gênero, a pesquisa identificou 240 casos de feminicídio íntimo, ou seja, cometidos por namorado, marido ou ex. O estudo indica ainda que em 66% dos casos as vítimas foram atacadas dentro de casa, 6% em via pública, 5% no trabalho e 5% em estabelecimentos públicos.

Luta que não se esgota

Outro marco foi a Lei do Feminicídio, de 2015. Mirla lembra que os casos de assassinatos de mulheres, geralmente, eram julgados pela Lei 9.099/95, que trata de “crimes de menor potencial ofensivo”, sendo equiparados aos casos de briga entre vizinhos e de acidente de trânsito. “Os homens agressores só eram presos em caso de homicídio ou lesão corporal grave, que impossibilitasse a vítima de trabalhar por mais de 30 dias”, recorda. Com a legislação, o feminicídio foi adicionado ao rol dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), tal qual o estupro, genocídio e latrocínio, com pena prevista de reclusão de 12 a 30 anos.

Nem todos os Tribunais do Júri, onde são julgados os crimes contra a vida, no entanto, têm aplicado a Lei 11.340/2006 nos casos de homicídio de mulheres. Foi o que verificou a pesquisa ‘Impacto dos Laudos Periciais no Julgamento de Homicídios de Mulheres em Contexto de Violência Doméstica ou Familiar no Distrito Federal’, realizada em 2013 pelo Anis – Instituto de Bioética, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) do DF, revelando que a menção expressa à Lei Maria da Penha apareceu em apenas 33% das peças do processo de homicídio de mulheres, entre os anos de 2006 e 2011. O estudo sugere que o contexto da violência sistêmica contra as mulheres, que está nas raízes de grande parte dos assassinatos, ainda é pouco reconhecido pelos operadores do Direito, o que acaba por interferir na aplicação da Justiça.

A professora da UERN entende que ampliar o entendimento sobre as leis implica falar da necessidade de lutar por uma sociedade sem violência e sem as apropriações, explorações e opressões que dão corpo a essa violência. Em sua avaliação, o primeiro passo nesse sentido é desnaturalizar a ideologia patriarcal da subordinação e inferiorização feminina. A mulher, segundo Mirla, precisa ser reconhecida e se reconhecer como sujeito de direito e não como uma “coisa” voltada para a satisfação e cuidado do outro. O segundo

passo é compreender de fato que a violência contra mulher é problema público e não de ordem individual e privado, exigindo a intervenção do Estado por meio de mais equipamentos sociais e fortalecimento das políticas públicas. “Logo, a rede de proteção, assistência, combate e prevenção à violência que está prevista na Lei Maria da Penha deve ser efetivada também no campo, onde os números dessa violência também são grandes”, defende. Milena concorda: “A legislação precisa ultrapassar os limites das grandes cidades”.

Mirla destaca ainda a importância de o tema ser tratado no contexto da educação. “Acredito que uma educação não sexista e antirracista é fundamental para a formação de consciências livres de preconceitos e naturalizações de discriminações”, afirma, sugerindo ainda que a luta antipatriarcal seja incorporada na agenda de todas as organizações políticas comprometidas com o avanço dos processos democráticos e com a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária. O mesmo defende Milena, para quem a discussão sobre questões de gênero e sexualidade deveria ser central nas escolas, contribuindo com a prevenção da violência, de práticas sexistas, racistas e homofóbicas, bem como para a própria identificação de casos de violência. “Muitos casos de violência sexual nas famílias são identificados pela escola”, garante.

O Observatório da Mulher Contra a Violência e o Instituto de Pesquisa DataSenado indicam também algumas diretrizes para que as ações da área sejam mais efetivas, entre elas a criação de novas portas de entrada para a rede de apoio e modelos de intervenção regionalizados. Com base em um estudo realizado em 2017, eles sugerem capacitar os Centros de Referência de Atendimento Social (CRAS), que atuam, por exemplo, no cadastramento de beneficiários de programas de transferência de renda, de forma a identificar, no momento em que as mulheres buscam um atendimento desses serviços, um quadro de violência doméstica.

Em relação aos modelos de intervenção, o estudo propõe intensificar a regionalização por meio do estabelecimento da rede de apoio à mulher vítima de violência nas chamadas cidades-polo, em linha com o que prevê o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O objetivo dessa diretriz é viabilizar o suporte às vítimas de pequenas municipalidades, tendo em vista que a implantação de uma estrutura de serviços que atendam exclusivamente mulheres nessas localidades é muito desafiadora.

Outras ações destacadas para tornar o enfrentamento à violência contra as mulheres mais efetivo incluem assegurar a agilidade na concessão de medidas protetivas, realizar um monitoramento eficaz do cumprimento dessas medidas protetivas e assegurar o atendimento psicossocial da mulher, de seus filhos e também do autor da violência. “Afim, o Estado tem o dever de garantir a vida, a liberdade e a autonomia das mulheres, bem como das pessoas a elas vinculadas e delas dependentes, como os filhos”, conclui Milena. ○

A PONTA DO ICEBERG

Brasil é um dos países com maior número de mortes e acidentes de trabalho no mundo. Será o trabalhador brasileiro superprotegido?

Maíra Mathias



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Antes que o ponteiro maior do relógio dê uma volta completa vai ocorrer um acidente de trabalho no Brasil. O intervalo é de apenas 48 segundos entre um caso e o próximo, de acordo com a média nacional. E a cada três horas 38 minutos e 43 segundos uma pessoa morre nessas circunstâncias no país. Em 2017, foram contabilizados 574.050 acidentes e 1.989 mortes. Hoje, numa lista com mais de 200 países, ocupamos o quarto lugar no ranking das nações que mais registram mortes durante atividades laborais, atrás apenas dos Estados Unidos, Tailândia e China. Nos acidentes de trabalho, somos o quinto colocado, depois de Colômbia, França, Alemanha e, novamente, EUA. “Temos um grande número de trabalhadores se acidentando, se mutilando, morrendo nos canteiros de obras, no trânsito urbano e em outras atividades”, enumera o procurador Leonardo Mendonça, coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (Codemat/MPT).

Não é de hoje que os direitos trabalhistas são apresentados como obstáculos à saída da crise econômica, à volta do crescimento, e mesmo como responsáveis pelos altos índices de desemprego. Medidas, como a reforma trabalhista e também a aprovação da terceirização, foram tomadas. Mas parecem não ter sido suficientes, do ponto de vista do novo governo e de entidades empresariais.

Em agosto passado, durante as eleições, o presidente eleito Jair Bolsonaro e sua equipe lançaram a proposta da carteira de trabalho “verde e amarela”. De acordo com o programa de governo, todo jovem que ingressar no mercado poderá “escolher entre o vínculo tradicional” – a carteira azul – “mantendo o ordenamento jurídico atual”, ou a nova carteira “em que o contrato individual prevalece sobre a CLT”, a Consolidação das Leis do Trabalho.

Por enquanto, de concreto, há o fim do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A pasta mais antiga da República, criada em 1930, teve a extinção anunciada em 3 de dezembro. E algumas de suas atribuições, divididas. Ao Ministério da Economia caberá a administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Justiça ficará responsável pela concessão de cartas sindicais e pela fiscalização das condições de trabalho. Por fim, o Ministério da Cidadania deve ficar com a parte de economia solidária. Mas há dúvidas sobre como será a coordenação das políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes e promoção de ambientes de trabalho mais seguros. “Essa subdivisão do Ministério do Trabalho nos preocupa muito”, afirma Mendonça.

Além das mudanças no Executivo, propriamente, há indícios de que o sistema de justiça existente pode sofrer

alterações. “O Ministério Público do Trabalho, por favor, se tiver clima, a gente resolve esse problema. Não dá mais para continuar quem produz sendo vítima de uma minoria, mas uma minoria atuante”, disse Bolsonaro, em 12 de dezembro, criticando a atuação do órgão em relação à aplicação de multas sobre empregadores flagrados em fiscalizações infringindo a lei. No dia seguinte, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) se posicionou pelo fim do Tribunal Superior do Trabalho (TST). “A CNT entende que o próximo governo deve avaliar essa possibilidade de extinção do TST para garantir um olhar menos enviesado da Justiça, corrigir súmulas e promover melhor equilíbrio nas relações entre patrões e empregados”, afirmou o presidente da entidade, Clésio Andrade. Para ele, as atribuições da Corte deveriam ser repassadas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que teria uma visão “mais ampla” da sociedade, o que evitaria “insegurança jurídica” supostamente gerada pelo ramo específico da Justiça.

Esse conjunto de anúncios e declarações levam a muitas perguntas: será o trabalhador brasileiro superprotegido pelo Estado? Ou as leis trabalhistas e o sistema de proteção social servem a um propósito? Estamos fora da curva no cenário mundial? E como acidentes de trabalho e mortes se relacionam com tudo isso?

Retrato infiel da realidade

Embora sejam expressivos, os números que abrem essa matéria também são insuficientes. Quem explica é a pesquisadora Élide Hennington, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Cesteh/ENSP/Fiocruz). Para início de conversa, é preciso distinguir os números absolutos das taxas, calculadas em relação ao total de habitantes de cada país. “A taxa dá uma ideia sobre o risco que um trabalhador corre de morrer ou se acidentar”, explica ela.

As taxas brasileiras são um pouco melhores do que os números absolutos. Em termos de óbitos, o país ocupa o 11º lugar no mundo. No que se refere a acidentes, ocupamos o 25º lugar. Países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso, porém, vão melhor. O México está na 32ª posição em relação às mortes, e na 34ª no que se refere aos acidentes de trabalho. Por outro lado, alguns países centrais exibem taxas maiores do que o Brasil. “Mas isso não quer dizer que estejam em piores condições que nós. Na verdade, eles têm um sistema de registro melhor”, observa Élide.

E isso leva ao problema central: a subnotificação. O Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, fruto de uma parceria entre o Ministério Público do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Universidade de São Paulo (USP) é, hoje, a fonte mais acessível

de consulta no país. A ferramenta permite vários tipos de busca, como qual parte do corpo do trabalhador foi atingida, em qual município aconteceu, e por aí vai. Entre 2012 – início da série histórica compilada pelo Observatório – e 17 de dezembro de 2018, data do fechamento desta matéria, aconteceram mais de 4,5 milhões de acidentes. E 16.736 óbitos. Mas lá estão apenas os casos registrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Não é preciso ir muito longe para descobrir incongruências. A Pesquisa Nacional de Saúde, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, captou – só naquele ano – 4,9 milhões de pessoas com 18 anos ou mais que sofreram acidente de trabalho. “Os números da Previdência não refletem o risco real nem de morrer, nem de se acidentar. Estudos nacionais estimam que haja de 80% a 90% de subnotificação. Estamos vendo só a pontinha do problema”, afirma a pesquisadora do Cesteh.

A comparação entre os países é feita a partir das listas divulgadas pela OIT que, por sua vez, recebe os dados dos governos. Os critérios para a verificação de acidentes de trabalho variam de país para país. Por aqui, os números são baseados nas informações da Previdência Social. É um banco de dados feito com um propósito: concessão de benefícios, como auxílio-doença. A falha é que esse sistema não consegue (nem foi desenhado para) captar o mercado informal que, historicamente, representa metade da força de trabalho no país. “Mesmo em 2014, ano em que se verificou a menor proporção da força de trabalho na informalidade, ainda foi registrado um número alto: 40% dos trabalhadores ocupados sem carteira assinada. Continuavam sem acesso a diversos direitos garantidos pela formalização. Inclusive, ao direito de serem vistos pelas estatísticas”, analisa José Dari Krein, diretor do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Capinhas (Cesit/Unicamp).

Para se ter uma ideia do imbróglio, até acidentes de trabalho e mortes de policiais militares não são somados. “Esse número não vai entrar porque o policial militar não está vinculado à Previdência geral. Ele tem um regime próprio vinculado aos governos estaduais”, explica, por sua vez, Leonardo Mendonça.

Mas o problema é ainda mais complexo, pois muitos acidentes que atingem trabalhadores com carteira às vezes não vão parar nas estatísticas por decisão deliberada – embora no Brasil toda empresa seja obrigada a informar a Previdência Social nesses casos. Isso é feito através da CAT, sigla para comunicação de acidente de trabalho. “Se o trabalhador sofrer um acidente e a empresa não notificar, e se o trabalhador não denunciar essa conduta ilegal da empresa, ele não vai entrar nas estatísticas oficiais”, conclui o procurador.

Somando esse tipo de variável, a OIT chegou à seguinte conclusão: para cada acidente registrado no planeta, exis-

tem sete não notificados. Mudanças no mercado de trabalho também têm contribuído para a conclusão de que olhamos apenas a ponta do iceberg.



NÃO TEMOS O DIRETO DO TRABALHO SUPERPROTEGIDO. O NOSSO DIREITO DO TRABALHO É PARA REGULAR AS RELAÇÕES DO MERCADO. E É IMPORTANTE ATÉ PARA QUE O PRÓPRIO EMPREGADOR SAIBA QUAIS SÃO SEUS DEVERES

LEONARDO MENDONÇA

Procurador do MPT

Por que direitos?

Todos os dias, milhares de pessoas saem de suas casas para o trabalho e não voltam. Segundo a OIT, o mundo atingiu em 2017 a marca de 374 milhões novos acidentes de trabalho por ano. E 2,78 milhões de mortes. Como se vê, o problema é geral. E é antigo. De acordo com José Dari Krein, a própria OIT foi criada em 1919 para estabelecer consensos em torno de dois princípios centrais. “O primeiro: numa sociedade capitalista a relação entre o trabalhador e o empregador é marcada pela desigualdade. Quem define quem vai empregar ou não? Quem define a forma como se organiza o trabalho da pessoa contratada? É o empregador, não o empregado. Em uma relação entre desiguais é fundamental assegurar alguma proteção”, diz. O segundo princípio, continua, tem a ver com a ideia de que embora o trabalhador esteja submetido à lógica do mercado, sua dignidade precisa ser respeitada. “Ele não é uma mercadoria como qualquer outra, que se troca, se compra, da qual apropria-se. É um ser humano”.

E, a partir dessas constatações e, principalmente, de muita pressão dos próprios trabalhadores organizados, aos poucos, várias nações foram aprovando leis e regulamentos de proteção, tanto para aqueles que estão na ativa, quanto para quem se afastou por doença, acidente ou idade.

Por aqui, a Consolidação da Leis do Trabalho – que a carteira “verde e amarela” quer contornar – foi aprovada em 1943. Muito tempo depois, a tendência continuou. Na Constituição Federal de 1988, os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais estão listados no artigo 7º e são consi-

derados cláusulas pétreas. Ou seja: não podem ser mudados por propostas de emendas à Carta. Está lá o 13º salário, por exemplo, que durante as eleições foi caracterizado pelo vice-presidente, o general Hamilton Mourão, como uma “jabuticaba” brasileira (apesar de existir em outros países, como Portugal) e uma “mochila nas costas de todo empresário”.

Mas a tese de que direitos trabalhistas e proteção social são inibidores da criação de empregos surge, de acordo com Krein, já nos anos 1970. “Não tem comprovação empírica, mas continua sendo afirmada. E, nos últimos anos, é usada como justificativa para reduzir direitos, ampliar o poder do empregador em determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho”, conta. Uma transformação importante que deu impulso à narrativa tem a ver com a globalização. Posto de maneira simples, a cadeia produtiva de uma dada mercadoria – um celular, por exemplo – geralmente começa num país com alto investimento em tecnologia (com a criação), se estende para países que manufaturam o produto e tem fim com as estratégias de marketing. A inserção subordinada do Brasil nessa dinâmica faz com que o país dispute o meio do processo, justamente a parte menos valorizada. E a aposta, explica Krein, tem sido alterar o padrão de regulação e proteção social do trabalho para que a mão de obra fique mais barata.

Por outro lado, continua o pesquisador do Cesit, desregular o mercado de trabalho formal não vai gerar crescimento. “Do ponto de vista meramente econômico, esse tipo de estratégia é prejudicial num país como o nosso, onde dois terços da atividade econômica depende do consumo das famílias”, diz Krein.

Outro mito, destaca o procurador Leonardo Mendonça, é o de que nossa legislação de proteção ao trabalhador é demasiadamente rígida. “Em outros países, caso aconteça um acidente de trabalho, as punições são superiores”, compara, citando justamente os Estados Unidos, que volta e meia é usado como exemplo do oposto. “Nos Estados Unidos, se acontecer um acidente fatal com um trabalhador, as indenizações possuem um valor elevadíssimo. E existe também punição penal, o que não acontece por aqui. Nosso código não prevê tipos penais para a exposição do trabalhador a riscos, nem punição para situações de morte”, explica. Por isso, continua, são raríssimos os casos de empresários que sofrem sanções penais, mesmo quando uma grande negligência é comprovada. “Não temos o direito do trabalho superprotegido. O nosso direito do trabalho é para regular as relações do mercado. E é importante até para que o próprio empregador saiba quais são seus deveres”, argumenta.

As empresas reivindicam

Em maio de 2016, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou ao governo Michel Temer, na época interino, um documento chamado ‘Agenda para o Brasil

sair da crise 2016-2018’, que ganhou atualização em março de 2017. Nele, entre 36 reivindicações, há duas diretamente ligadas à saúde do trabalhador. A primeira delas é “sustar ou alterar o texto da NR 12”.

As NRs, ou normas regulamentadoras, começaram a ser publicadas no fim da década de 1970 pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Seu objetivo é orientar os empregadores, uma vez que na CLT, de acordo com Leonardo Mendonça, há pouquíssimos artigos relacionados ao meio ambiente do trabalho. Mas a própria CLT estabelece que os detalhes sejam descritos em normas e, mais tarde, a Constituição reforçou sua necessidade: um dos direitos inscritos na Carta é justamente a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

Atualmente são 36 normas. A NR 12 é voltada para a proteção do trabalhador que utiliza máquinas e equipamentos. Pouco antes da ‘Agenda para o Brasil sair da crise’, em 2015, parlamentares apresentaram um requerimento de urgência com o objetivo de sustar a norma – que por uma diferença de 15 votos, não passou.

“Recentemente essa NR tem sido bastante atacada no Congresso Nacional sob a alegação de que traz muitos custos para os empresários”, diz Mendonça. O interessante é que as NRs são criadas por uma comissão tripartite, da qual fazem parte o próprio governo (até ano passado, através do Ministério do Trabalho), os empregados e os empregadores. “Todas as normas foram criadas de forma tripartite e, quase na sua integralidade, aprovadas por consenso”. É o caso da NR12, acrescenta o procurador.

Segundo Mendonça, um argumento comumente usado por parlamentares é que, com a NRs, o Ministério do Trabalho estaria ‘legislando’. “O que coloca no horizonte a possibilidade de revogação de todas as normas. Preocupa bastante porque já vivemos num país com grande quantidade de lesões e mortes. Sem as normas, o quadro pode piorar”, alerta.

Outra reivindicação presente na agenda da CNI é “excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP”, o Fator Acidentário de Prevenção, que afere o desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade econômica, em relação aos acidentes de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013, entre as 4,5 milhões de pessoas com 18 anos ou mais que sofreram algum acidente de trânsito com lesões corporais, 32,2% foram no deslocamento para o trabalho (1,4 milhão) e 9,9% trabalhando (445 mil). Segundo Élide Hennington, várias pesquisas têm indicado que o acidente de trajeto faz parte da nova realidade do trabalhador. “A indústria vai falar que não tem nada com isso, porque o acidente não aconteceu na fábrica. Mas o trabalhador tem que se locomover de casa para o trabalho e do trabalho para casa. O trajeto faz parte do processo produtivo. Não foi à toa que os

acidentes de trajeto são considerados dentro da legislação acidentária”, analisa. E acrescenta: “Além disso, o deslocamento muitas vezes faz parte da atribuição do trabalhador, que está submetido a um trânsito caótico e ao estresse do trabalho que está demandando o cumprimento de uma série de metas”.

À frente da Coordenação Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, Mendonça tem visto muitas mortes ocasionadas pelo ritmo de trabalho no setor de transporte urbano, rodoviário, de cargas e fretes nas cidades. “A principal causa dos acidentes fatais está na organização do trabalho. Não adianta um motociclista ou motorista estar com todas as proteções determinadas por lei se ele está dirigindo numa velocidade muito superior à estabelecida pela legislação do trânsito. Não tem meio de proteção seguro quando não se tem um meio ambiente de trabalho organizado”, preconiza.

Segundo o site especializado Jota (28/07/17), a nova reforma trabalhista “esqueceu” de se ocupar do acidente de trajeto. A pauta, portanto, pode voltar à tona este ano. De acordo com o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, acidentes gerados por máquinas e equipamentos ocupam o primeiro lugar do total (15,3%), seguidos justamente pelos acidentes em veículos de transporte (12,5%).

Procurada, a CNI não respondeu aos pedidos de entrevista da reportagem.

Perspectivas

As fontes ouvidas pela Poli são unânimes em apontar que a maioria dos acidentes pode ser evitado. Mas, para isso, é preciso ter os órgãos de Estado funcionando e leis de proteção de pé.

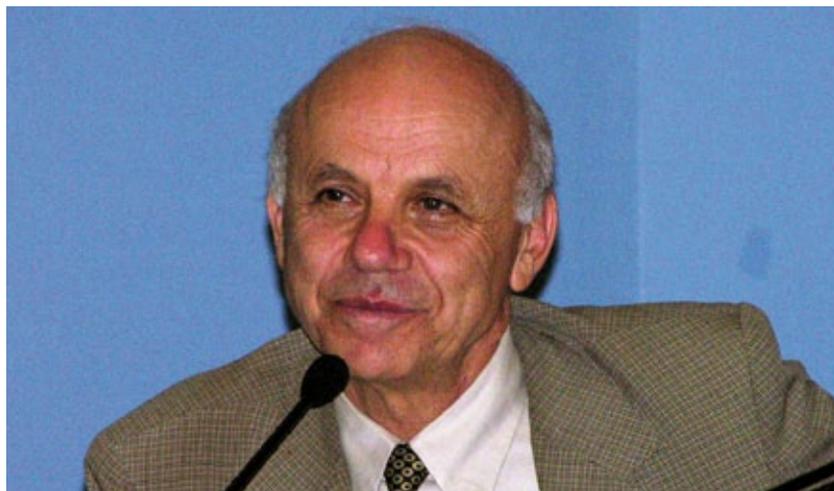
“Os casos exitosos são aqueles em que a intervenção contou com diversos setores, como se fosse uma força-tarefa de prevenção de acidentes, capaz de acionar e entrar nas empresas, e levar a uma transformação daquele ambiente ou processo de trabalho para que novos casos não voltem a ocorrer”, diz Élide. “Nosso objetivo e obrigação é adotar medidas para que os acidentes não aconteçam. Caso aconteçam, que aquele trabalhador que está momentânea ou permanentemente incapacitado para o trabalho tenha cobertura do Estado e receba um benefício previdenciário para se manter”, complementa Mendonça.

Com a extinção do Ministério do Trabalho, contudo, a ação em rede corre risco. “Afirmar que os trabalhadores estão sendo privilegiados é algo completamente descolado das situações concretas pelas quais eles passam no cotidiano. Eles estão morrendo, estão se acidentando. Mesmo os dados oficiais demonstram a gravidade do problema. E quando se olha para o contexto, o prognóstico é um só: vai piorar”, alerta Élide. O

'O ENSINO MÉDIO SEMPRE FOI A PEDRA DE TOQUE DA DESIGUALDADE SOCIAL EXPRESSA NA DESIGUALDADE EDUCACIONAL'

Cátia Guimarães

CAPTURA DO FILME CONSERVADORISMO EM FOCO



O sr. defendeu a construção de uma Base Nacional Comum Curricular, como está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). Por que o Brasil precisava de uma BNCC?

Nós temos que distinguir, em primeiro lugar, *uma* BNCC e *esta* BNCC. *Uma* BNCC é necessária por duas grandes razões. Em primeiro lugar, a cidadania que é, digamos assim, simétrica à nacionalidade, implica que todos os cidadãos e cidadãs tenham no âmbito da escolaridade determinados conteúdos mínimos que possam dar uma coesão de caráter nacional a todas as pessoas no país. Esse é um princípio que tem a ver com a correlação entre cidadania e nacionalidade mediada pela educação escolar. E é por isso que a educação escolar tornou-se historicamente uma função do Estado, que oferece a educação por si ou autorizadamente para entidades privadas que queiram prestar este serviço. Então, é preciso uma base para que todos os cidadãos residentes nos estados e municípios se reconheçam como tal na escolaridade, mediante conhecimentos considerados indispensáveis para a vida social e cidadã. Finalmente, à educação sempre foi atribuída a função de ser um canal de igualdade, o que, numa república e numa democracia, requer alguns elementos em que o sujeito se reconheça como cidadão brasileiro. Estas são as razões pelas quais eu sempre defendi e continuo defendendo a necessidade de uma base nacional. A ideia do 'comum', no caso da educação, é justamente a de um acervo de conhecimentos que devem fazer com que o gaúcho possa se reconhecer de modo muito similar a um paraense. Esse 'comum' é também aquilo que deve passar pelo rico e pelo pobre, pelo alto e pelo baixo... Enfim, a escola é um lugar justamente de socialização do comum, das regras do jogo, de aprendizado também dos valores e assim por diante. Agora, uma coisa é você defender *uma* Base, outra coisa é defender *esta* Base.

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY

Era quase o apagar das luzes quando o governo Temer finalmente fechou um pacote de reformas na educação brasileira. Já estávamos em 4 de dezembro quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). Dez dias depois, o Ministério da Educação homologou. De um lado, era o que faltava para completar o conjunto de documentos que vão subsidiar o currículo no âmbito da educação básica, já que as BNCC da educação infantil e do ensino fundamental tinham sido aprovadas em abril do ano anterior. De outro, era também o que faltava para concluir um 'pacote' de mudanças no ensino médio brasileiro: primeiro veio a reforma, transformada em lei em fevereiro de 2017, depois as novas Diretrizes Curriculares desse segmento educacional, aprovadas pelo CNE também no final de 2018 e, por fim, a própria BNCC.

Foi um processo crítico, do começo ao fim. E a principal 'denúncia' foi a pouca participação da sociedade: a reforma do ensino médio surgiu por meio de Medida Provisória; as diretrizes foram aprovadas depois de apenas 21 dias de consulta pública; e a BNCC, cujo texto foi proposto pelo MEC, nasceu sob a acusação de ter, inclusive, ignorado as contribuições das poucas audiências públicas realizadas.

Um dos críticos desse processo – e do seu resultado – é Carlos Roberto Jamil Cury, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e da PUC-MG, pesquisador da educação e ex-integrante do CNE. Nesta entrevista, ele justifica a necessidade de uma Base como ferramenta que reforça a cidadania e a nacionalidade. Mas alerta: defender *uma* Base não quer dizer defender *esta* Base.

E por que não defender esta Base?

Eu não defendo *esta* Base, embora possa reconhecer que em um ou outro trecho possa haver algum tipo de convergência, até porque procede da legislação. A Base Nacional Comum Curricular deriva da Constituição, foi explicitada sob a forma de orientações, diretrizes e até normas pela LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional] e, em seguida, foi objeto de um plano nacional [o PNE]. Portanto, essa visão está protegida por uma legislação muito forte. Ser contra uma Base Nacional Comum Curricular, a meu ver, significa ter que justificar por onde passam a nacionalidade, a cidadania, o federalismo e, sobretudo, por onde passa a igualdade. Agora, voltando à sua questão, eu vou trazer para esta pergunta alguns elementos que nem sempre vêm à tona. Em primeiro lugar, a Emenda Constitucional 59, que tornou o ensino médio obrigatório de 15 a 17 anos, conflita, a meu ver, com a possibilidade de um jovem de 16 anos – e, portanto também o de 17 – já ser empregado formalmente com carteira de trabalho, com pelo menos oito horas de trabalho por dia. Eu vejo uma dificuldade estrutural muito grande em você dizer para o jovem que é obrigatório ele estar na escola e, ao mesmo tempo, postular a possibilidade de um emprego total a partir dos 16 anos. Os jovens de 16 a 17 anos que trabalham vão estudar só no noturno? Se existe essa possibilidade de eles irem exclusivamente para o turno noturno, ou para o turno correspondente ao que podem não trabalhar, como é que fica essa forma proposta de BNCC do ensino médio?

Além disso, a tradição inaugurada com a Constituição de 88, depois com a própria LDB, com o Plano Nacional de Educação – e, em certo sentido, até com a BNCC do ensino fundamental e da educação infantil – é de uma larga consulta, em que os interessados possam dizer a sua opinião. Tudo que sempre correspondeu às largas audiências públicas, sem pressa, que o Conselho Nacional [de Educação] sempre fez. Pela lógica, quando foi aprovada a BNCC do ensino fundamental e da educação infantil, deveria naquela esteira ter sido incluída a do ensino médio. Só que houve um raio em céu de brigadeiro: a deposição da presidente [Dilma Rousseff] e a consequente Medida Provisória que gerou a chamada reforma do ensino médio. Isso resultou numa BNCC do ensino médio, que veio do MEC, sem uma ampla consulta aos interessados, às associações profissionais e assim por diante. O dia a dia da escola, para sua efetivação, depende da adesão dos professores. Se não contar com a adesão dos professores, vai haver um distanciamento, com o famoso vão entre aquilo que está normativamente aprovado e o que vai ser efetivamente realizado, ou um constrangimento que vai ser obedecido nos limites

do prescritivismo. Se eles não foram consultados, ou foram apenas representados rapidamente por audiências públicas que não se consubstanciaram numa busca mais ampla de legitimidade, é evidente que se sentirão distantes do cumprimento da norma.

A outra limitação que eu vejo é que pelo menos 2.500 municípios brasileiros têm apenas uma escola de ensino médio. Como falar em opções? Como falar em opções se a gente sabe que em boa parte dessas escolas, mesmo das outras três mil e poucas, não há número de professores suficiente? Estas escolas têm infraestrutura física e pedagógica para dar conta daquilo que se espera de um bom ensino médio? Como eu vou falar de opções e ofertar cinco itinerários com uma única escola que tem carência de professor, de laboratórios, de internet e de outras coisas? E eu tenho uma grande crítica ao quinto itinerário.

O da educação profissional?

Sim. Porque, na verdade, ali está se falando de formação técnica profissional. Eu queria entender o que é ‘formação técnica profissional’ versus ‘educação profissional’, que está na lei. Qual a diferença? Será que esse quinto itinerário não foi posto justamente para naturalizar uma dupla rede? A rede dos que podem fazer opção e a rede daqueles a quem, voltando a [Gustavo] Capanema, [ministro da educação] em 1942, está “destinada” a formação profissional. E, neste último caso, eu penso nas escolas de periferia.

Como posso pensar em uma situação contemporânea em que eu vou oferecer um ensino médio a distância, mesmo que seja de 20% a 30%? Vou retirar os estudantes da escola no momento em que há necessidade de desenvolver processos de convivência e socialização? Quem é que tem internet em casa? Eu lembro uma situação curiosa que aconteceu alguns anos atrás aqui em Minas Gerais, quando não se tinha resposta sobre os equipamentos – computador, internet... – que foram levados para determinadas escolas e, chegando lá, viram que a região não tinha energia elétrica. Faltou uma radiografia do ensino médio. Propor EaD no ensino médio é uma irresponsabilidade.

Finalmente, eu vejo com muito desagrado que a parte comum tenha ficado restrita a 1.800 horas. Eu não sei como entender aquilo que a LDB diz, sobre [o ensino médio ser] a consolidação e aprofundamento do ensino fundamental como etapa conclusiva da educação básica, com opções ou itinerários que vão de alguma maneira fragmentar essa formação. Eu não sou contra que o ensino médio se abra a tendências que venham a se perceber nos estudantes: orientar-se mais para ciências humanas ou para as ciências exatas... Mas reduzir a parte comum a 1.800 horas quando a norma diz que se deve ampliar o ensino médio me parece um prejuízo formativo.

O sr. falou sobre a carga horária, mas outra crítica forte à BNCC do Ensino Médio foi ao fato de só constarem propriamente como disciplinas português e matemática e as demais serem diluídas em áreas do conhecimento. Na sua avaliação, isso é um problema?

Sim. Porque quando pensamos na palavra interdisciplinaridade, a *inter* supõe a *disciplinaridade*. Como é que o aluno vai tender para as ciências humanas e as suas tecnologias se ele não tem o conhecimento disciplinar de história, da geografia? Temos que olhar essa questão com um certo cuidado, porque estamos falando de jovens de 15, 16 e 17 anos, que não têm ainda maturidade o suficiente para fazer uma opção definitiva. Um segundo elemento importante é que nessa etapa ele necessita de um acompanhamento mais próximo da coordenação pedagógica da escola para que essa tendência a uma ou outra ciência, que não precisa ser uma opção definitiva, possa ocorrer. Eles dizem: ‘bom, mas o aluno pode eventualmente, no meio do caminho, rever a sua posição e ir para outra [área]’. Tudo bem. Eu pergunto: como ficam as 2.500 cidades que só têm uma escola de ensino médio? E mesmo dentro da grande cidade...

A BNCC do Ensino Médio foi um processo bem controverso, com críticas públicas de especialistas e diversas entidades do campo educacional. Mesmo assim, o parecer favorável foi votado muito rapidamente, com duas abstenções e nenhum voto contrário. Esse processo diz alguma coisa sobre o papel do CNE nesse momento?

Metade dos conselheiros é indicada por associações, entidades etc., e a outra metade é de livre indicação da Presidência da República, com o apoio do ministro da educação. O que aconteceu foi que, na saída da presidente Dilma, houve a renovação de boa parte dos conselheiros. Como essa renovação é por decreto presidencial, um outro presidente pode revogar o decreto do anterior. Então, quando o Michel Temer toma posse, uma das suas primeiras medidas foi revogar o decreto que recompunha o Conselho, e todos aqueles que eram considerados próximos ao governo que foi deposto não foram reconduzidos. E o presidente nomeou a seu critério, de acordo com a Lei 9.131, os de sua confiança, que estavam mais alinhados com a sua política.

Olhando para o passado, me lembrando de quando estava no CNE, houve votações com votos declarados contrários, votos restritivos, votos de abstenção. Mas eu devo dizer que, nesses casos, sempre houve um grande esforço de acolher, convidar e consultar interessados, desde associações e entidades até especialistas. Provavelmente o governo Temer quer selar o fim da sua passagem, demonstrando que fecharam o circuito da questão da reforma do ensino médio.

Recentemente, no final de 2018, num processo também bastante criticado, o CNE aprovou novas diretrizes curriculares para o ensino médio. Reforma do ensino médio, BNCC e diretrizes curriculares: existe coerência entre elas em torno de um projeto educacional?

Eu acho que tendencialmente sim. Por que não houve uma sequência entre a BNCC da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio? Na verdade, a LDB diz que a educação básica é uma só, realizada em três etapas. O Plano Nacional de Educação, que tem uma meta e uma série de estratégias só para o ensino médio, daria guarida naquele momento para uma discussão, uma consulta, uma participação mais ampla e, com isso, a conclusão da Base para a educação básica como um todo. Mas uma das primeiras coisas que o governo Temer fez, no texto de sanção à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, foi dizer claramente que o CAQi, o Custo Aluno-Qualidade Inicial, não atende à constitucionalidade e fere determinados interesses nacionais. E o Congresso Nacional acompanhou o veto. Isso significou uma pá de cal no PNE. Houve veto indireto, articulado com aquela que, depois, viria ser a Emenda Constitucional 95 [que institui um teto de gastos para o governo federal]. A meu ver, todo esse conjunto levou a que o ensino médio fosse separado na BNCC.

No texto do PNE, a BNCC está associada à construção de um Sistema Nacional de Educação. A Base andou, o Sistema não. Por quê?

A desigualdade, própria do sistema capitalista, tem que aparecer, seja na saúde, na distribuição de renda, na educação, na justiça... A nossa Constituição, por beber no Estado de Bem-Estar Social, é claramente voltada para a redução das desigualdades. Pois bem, essa reforma [do ensino médio], a meu ver, se liga a uma tendência contrária, voltada menos para reduzir a desigualdade e mais para mantê-la. E eu considero que a construção de um Sistema Nacional de Educação seria um empecilho a esse objetivo. Caso se desenvolvesse a noção do Sistema Nacional de Educação, não se descolaria a discussão da educação infantil e do ensino fundamental como um todo da discussão do ensino médio, por exemplo. O ensino médio sempre foi a pedra de toque da desigualdade social expressa na desigualdade educacional. Isso tem a ver com a história da nossa educação e com a estrutura social mais ampla. Mas não quer dizer que não se possa ter na educação a busca de redução das desigualdades. A universidade na qual eu estudei era monocromática, hoje eu sou professor de universidade e vejo como ela é policromática. Então há, sem dúvidas, possibilidade de a gente avançar na redução da desigualdade. Eu acho que essa reforma do ensino médio não aprofunda a desigualdade, mas mantém, enquanto o Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional permitiriam um escoamento, uma fundamentação mais coesa com os princípios constitucionais e os princípios da LDB.

Por que o sr. diz que a reforma não aprofunda as desigualdades?

Porque a obrigatoriedade [do ensino médio] de alguma maneira implica a ampliação do acesso.

O sr. diz, e vários especialistas concordam, que o currículo não é um campo neutro, mas sim um campo de disputa. Diante do resultado final da BNCC, como um todo, e principalmente da BNCC do ensino médio, é possível mapear que campos e que interesses que estiveram em disputa ao longo desse processo?

Eu acho que sim. Primeiro, há uma discussão sobre a validade de uma Base. Existem tendências anarquistas – no sentido clássico de termo – que não aceitam a noção de Base que eu citei para você na primeira questão. Então, aí, sobretudo no campo acadêmico, há hoje uma disputa. [Entre os que defendiam a construção de uma Base] também houve uma grande discussão a respeito do direito ao conhecimento. Quais são os seus conteúdos? Os seus conteúdos expressam o quê? Houve, por exemplo, uma interessante discussão entre os conteudistas e os não conteudistas, entre a turma dos conteúdos e a turma, digamos assim, chegada às competências, às habilidades, às disposições não cognitivas. Essa é uma grande discussão de fundo, muito apropriada, uma vez que todo conhecimento curricular, por natureza, é seletivo. É muito provável que nem todos se deem conta, por exemplo, de que a matemática que nós estudamos é uma matemática euclidiana, mas que também existem matemáticas não euclidianas. Eu me lembro de quando eu estava no Conselho e houve a discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, em 1994. Foram convocados dois grupos bons da história e quase teve briga entre a turma da história clássica e a turma da nova história. Então, esse é realmente um campo de disputa. E aí que eu acho que o Conselho, na sua devida abertura, deveria reunir especialistas e fazer uma pergunta muito simples: em português, matemática, história, geografia, química, quais são os conhecimentos indispensáveis com os quais um aluno deve deixar o ensino médio? Você vai ter uma pluralidade, mas vai consultar e, de alguma forma, responder a essa questão. É claro que a turma mais *foucaultiana*, *nietzchiana* vai dizer que quem tem que dar conta disso é o professorado. Mas como nós estamos com um professorado que, em sua maioria, tem se formado em escolas privadas, com uma formação discutível, é muito difícil defender realisticamente uma posição dessa natureza.

Temos assistido no Brasil ao crescimento de um pensamento conservador que tem agido e se interessado muito pelo campo da educação. Talvez o exemplo mais conhecido seja a cruzada que

retirou a referência a ‘gênero’ em vários planos de educação, além do movimento Escola sem Partido. Essa dimensão da disputa social se expressa também na BNCC?

A meu ver, essa dimensão do ensino religioso posto como possível na sua versão convencional conflita com os termos do artigo 33 da LDB e, em certa medida, com o artigo 19 da Constituição. Por isso eu discordo absolutamente do parecer da decisão do Supremo Tribunal Federal. O voto do ministro Celso de Mello, muito consistente, expressa exatamente o que eu penso, parece que ele levou a sério o voto que deu. Mas a sua pergunta é mais ampla. Uma coisa é você enfrentar a questão da doutrinação. Isso está proibido. Outra coisa é a pluralidade dos pontos de vista. A escola pública é pública justamente porque permite a circulação do pensamento crítico, a pluralidade, a diversidade dos pontos de vista, os embates entre os pontos de vista: qual explica mais, qual explica menos... O Escola Sem Partido, na verdade, é uma doutrinação contra a pluralidade. A questão da “ideologia de gênero”, a meu ver, tem outro vetor, ligado à sexualidade. É muito mais uma questão moralista do que propriamente uma questão de doutrinação. Então, são dois campos que devem ser lidos em chapas distintas. O primeiro é uma mordaza mesmo, porque não quer permitir a pluralidade dos pontos de vista e para isso diz que a pluralidade é doutrinadora. Não, a pluralidade é um campo próprio inclusive do liberalismo, e daí democrático. Agora, a “ideologia de gênero”, a meu ver, é esse tabu com respeito à questão da sexualidade, que defende que sequer a informação de dados reais deva circular pela escola.

Quais são, na sua avaliação, as perspectivas no Brasil hoje para a educação básica e, particularmente, para o ensino médio nos próximos anos?

Olha, muita coisa vai depender dos conselhos estaduais de educação. Porque de fato, no regime federativo, o ensino médio é competência dos estados. Então, vai depender muito de como os estados traduzirem para os seus respectivos territórios a BNCC. A segunda dimensão que eu vejo depende de como ficará o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]. E finalmente, tem os projetos político-pedagógicos das instituições. Não sei como é que isso vai rebater lá no dia a dia das escolas de ensino médio. A experiência do passado não recomenda esse tipo de caráter afoito [da reforma]. Quando veio a [lei] 5.692, por exemplo, eu era professor de escola média em São Paulo. Ela caiu como um raio em céu de brigadeiro e, da noite para o dia, tivemos que remodelar tudo. E o que acabamos fazendo? Dois currículos, um currículo para a secretaria da escola e para a secretaria da educação e outro para os alunos. Então, eu não vejo grande viabilidade de esta reforma ser implementada. Mas posso estar enganado. O



Alunos da EPSJV/Fiocruz em sala de aula e atividades culturais

AFINAL, QUAL É A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA?

Para educadores brasileiros, a escola é o único lugar capaz de ensinar a conviver e lidar com a diversidade humana

Katia Machado

A escola representa ainda hoje a instituição que a humanidade elegeu para socializar o saber sistematizado? Alguma outra forma ou lugar foi capaz de substituí-la? A reflexão sobre o papel social da escola e a quem ela serve parece ganhar relevância no atual cenário brasileiro. Em setembro de 2018, o chamado *homeschooling* – ou ensino doméstico – foi pauta do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou um recurso extraordinário origi-

nado em um mandado de segurança contra uma secretaria municipal de educação que negou a solicitação de uma família para educar a filha em casa. A proposta da ação foi recusada, sob a justificativa de parte dos ministros da Corte de que a legislação brasileira exige que o Estado ofereça escolas e que os pais enviem seus filhos à escola. Além disso, definiu o STF, não existe uma lei que regulamente a prática do ensino doméstico no Brasil. De outro lado, o ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso e um dos que defendeu o direito de escolha das famílias em nome de sua liberdade religiosa, sustentou que a socialização da criança sob o ensino domiciliar poderia ocorrer com seus pares em outros espaços que não a escola, tais como praças, clubes e igrejas.

Somando-se a isso, em novembro de 2018, o Ministério da Educação (MEC) homologou as novas diretrizes curriculares do ensino médio, permitindo que alunos desse segmento cumpram até 20% das horas obrigatórias a distância, nos cursos diurnos, e até 30% nos noturnos. Já na Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse percentual de educação a distância (EaD) pula para 80%. Sobre a efetivação disso, pairam muitas dúvidas como, por exemplo, a forma como se daria o ensino de áreas como as linguagens artísticas e a educação física nessa modalidade. A questão é: se a educação básica pode se dar em casa ou a distância, que papel sobra para a instituição ‘escola’?

Onde se aprende a conviver?

O *homeschooling* surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, com base em um movimento de reforma da educação, proposto pelo professor e escritor norte americano John Holt, sob a justificativa de impossibilidade de transformar a escola em espaços de aprendizagens lúdicos, variados e cheios de estímulos. No Brasil, a educação domiciliar surge, timidamente, nos anos 1990, praticada por algumas poucas famílias, grande parte de origem estrangeira. Em 1994, o tema ganha visibilidade por conta de um projeto de lei (PL 4.657/94) do então deputado federal João Teixeira (PL/MT), que visava regulamentar a educação domiciliar para o ensino fundamental. Este projeto foi rejeitado, bem como o PL 6.001/2001, de autoria do deputado Ricardo Izar (PTB/SP), que surgiu sete anos depois sob a justificativa de aumentar as possibilidades de ensino no Brasil. Sobre ensino doméstico, foram apresentados vários projetos de lei ainda nos anos 2002, 2008, 2012 e 2015, bem como uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), em 2009. Quase todos tiveram seus pareceres rejeitados ou foram retirados de pauta. Na Câmara, atualmente, tramita o PL 3.179/12, de autoria do deputado Lincoln Portela (PR-MG), acrescentando um parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Os defensores dessa modalidade, cerca de 2.500 famílias, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), alegam defasagens estruturais no modelo de ensino público brasileiro, declaram questões de violência, drogas e *bullying* em sala de aula e justificam a escolha pela modalidade com argumentos religiosos. Na educação domiciliar, segundo esclarece o site da Aned, os pais se responsabilizam por todos os aspectos da

“A ESCOLA TEM A IMPORTANTE FUNÇÃO DE SOCIALIZAR AS CRIANÇAS E JOVENS E, POR ISSO, NÃO PODE SER SUBSTITUÍDA PELO ENSINO INDIVIDUALIZADO, LONGE DO CONVÍVIO COM OUTRAS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS”

INÊS BARBOSA

Professora da Uerj

educação dos filhos: valores, condutas, formação do caráter, questões afetivas e também a instrução formal ou o saber acadêmico.

Em países onde a educação domiciliar vingou, há um mercado a serviço dessa modalidade de ensino: organizações especializadas no assunto ofertam currículos já montados, dispõem de módulos de EaD e tutores especializados em determinadas áreas. “O Brasil é atrasadíssimo nisso, todos os países de língua inglesa permitem esta modalidade, o que implica os pais seguirem o currículo da escola, com a diferença de que esse currículo é aplicado em casa”, explica o professor emérito da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Fredric Michael Litto.

Para a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e integrante do Grupo de Trabalho (GT) sobre currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Inês Barbosa de Oliveira, ensinar e aprender são, de fato, as primeiras funções da escola. Mas não se resume a isso. “A escola tem a importante função de socializar as crianças e jovens e, por isso, não pode ser substituída pelo ensino individualizado, longe do convívio com outras crianças, jovens e adultos”, analisa. Isso significa, segundo ela, que a escola é a única instituição capaz de fazer com que crianças e jovens, ao se deslocarem de seu ambiente social de origem, aprendam a conviver com outras pessoas, encarar diferentes visões de mundo e múltiplas possibilidades culturais e de conhecimento. “O processo de socialização é profundamente educativo, algo que o espaço doméstico, em especial, não é capaz de assegurar”, garante. Carlos Maurício Barreto, vice-diretor de ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), completa: “A escola é o único espaço capaz de tratar de questões diversas, que outros âmbitos da formação, seja o familiar ou o religioso, por exemplo, não conseguem dar conta”. Já o presidente da Abed discorda que isso seja um problema. Para ele, nesse caso, a socialização pode se dar no bairro, “brincando com seus amigos”.

A diferença talvez esteja no que se considera como ‘socialização’. Para Jefferson Manhães de Azevedo, reitor do Instituto Federal Fluminense (IFF), a escola tem a função essencial de socializar porque ela é espaço de “alargamento de horizontes”. “Isso significa que a escola amplia a perspectiva de vida, os espaços de convivência familiar, entre amigos e vizinhos, bem como a capacidade de reflexão crítica sobre as próprias atitudes e as dos outros”, orienta. A escola que só desenvolve a formação intelectual, segundo Manhães, é uma escola “capenga”. “A escola é um conjunto de ações, que envolve atividades de educação física, alimentação, música, entre outras”, elenca, nomeando esse ‘pacote’ como “ecossistema de aprendizagem”, no qual a sala de aula é apenas uma parte do processo de ensino e aprendizagem. “Não adianta um aluno aprender apenas mecânica, eletricidade, física, matemática, entre outras disciplinas importantes para uma dimensão do seu trabalho, se ele não sabe lidar com o outro”, exemplifica.

Isso implica reconhecer, conforme a análise de Inês, que somente a escola tem a capacidade de respeitar as diferenças e a pluralidade dos conhecimentos, tanto aqueles mais claramente identificados com o currículo – como as ciências naturais, sociais, a matemá-

tica e a língua portuguesa – quanto outros, como a educação artística e a educação do corpo. Ressaltando que os jovens precisam de mais do que competência profissional e que o ensino da tecnologia não dá conta de todas as dimensões da vida, o reitor do IFF complementa: “Isso quem faz é a escola integral, que afirma a importância das atividades culturais, artísticas e esportivas”.

Exemplo de uma escola integral, tal como os Institutos Federais, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz, dedica parte importante do currículo do ensino médio integrado à educação profissional a atividades como essas. Na disciplina de Artes, por exemplo, os estudantes podem escolher ter aulas de música, artes plásticas, teatro ou audiovisual. Todas essas dimensões da cultura são tratadas também em eventos regulares, que misturam apresentações dos alunos com debates de especialistas. É o caso do ‘Som e Cena’, que acontece anualmente misturando música e teatro, e do ‘Arte e Saúde’, que coloca a linguagem artística a serviço da discussão de temas associados à produção social da saúde, como meio ambiente, trabalho e cidade. O mergulho no universo do audiovisual já rendeu, inclusive, alguns prêmios a estudantes da EPSJV/Fiocruz. O mais recente foi o filme ‘Contracorrente’, que conta a história de Caio, um menino incrédulo e rodeado de amigos, que passa a receber mensagens anônimas pelo celular que desviam o curso de sua vida. Em novembro de 2018, a produção ganhou o segundo lugar na categoria ‘Ensino Médio’ no Festival de Cinema Estudantil de Guafba, no qual Rodrigo Gomes, aluno do quarto ano do Ensino Médio de Análises Clínicas da EPSJV, também recebeu o prêmio de melhor ator.

A preocupação com a dimensão cultural da formação escolar se estende para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que também inclui, no currículo, disciplinas como música e dança, além de oficinas como vídeo e artesanato. Como atividade física, a EPSJV/Fiocruz também oferece aos estudantes do ensino médio integrado duas modalidades: desporto e expressão cultural. “Nós acreditamos na formação humana ampliada. Isso significa reconhecer a importância das várias áreas do conhecimento humano, explica Carlos Maurício.



O reitor do IFF reforça que é papel da escola – preferencialmente em tempo integral – ofertar a crianças e jovens todas as atividades necessárias ao desenvolvimento humano. “A escola em tempo parcial serve aos ricos, porque no contraturno o pai e a mãe podem pagar aulas de dança, música, esporte, entre outras. Os alunos, especialmente os meninos e as meninas mais pobres, precisam ficar em tempo integral, porque é no contraturno que eles poderão receber o reforço escolar, fazer o dever de casa, participar de uma atividade cultural ou esportiva”, conclui.

Esse debate remete a outra dimensão da política educacional brasileira atual: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada na sequência pelo Ministério da Educação (MEC), em dezembro de 2018 (ler entrevista na página 18). Isso porque, a despeito das muitas críticas, o texto aprovado manteve apenas as disciplinas de matemática e português como obrigatórias nos três anos de ensino médio. As demais disciplinas – química, física, biologia, história, geografia, filosofia, sociologia, artes, língua estrangeira – ficam diluídas em áreas do conhecimento, sem indicação a respeito do conteúdo que deve ser assegurado. “Com garantias apenas de português e matemática se empobrece a capacidade de formação de um espírito crítico, de uma cidadania mais contemporânea. Considerando a situação das escolas

públicas no Brasil, a maior parte com muitas carências, elas vão oferecer apenas o que é possível. É educação pobre para os pobres”, lamenta o ex-conselheiro do CNE César Callegari, ouvido pelo Portal EPSJV/Fiocruz em 6/12/2018.

Socializar a distância é possível?

O presidente da Abed acredita que mesmo a socialização pode ser promovida pela internet. “Não era possível pensar essa interação entre alunos antes da internet. Hoje em dia, por exemplo, é possível a uma universidade dispor de um conjunto de materiais para uma comunidade seleta ou ao público em geral, que pode selecionar o que ele ou ela quer e puxar para o seu computador”, exemplifica, em alusão a um estilo de comunicação em rede, por meio do qual a solicitação inicial de dados é originada do “cliente”, chamado *pull technology*.

Na observação de Litto, o brasileiro, de um modo geral, não conhece a educação a distância e, por isso, critica a modalidade. “O brasileiro acha que tudo o que está em EaD tem a estrutura de cursinho de poucas horas. Isso não é verdade. A educação a distância pode ter estrutura de curso, como também poderá servir para complementar o ensino, mediada por tecnologias”, afirma. Ele cita exemplos em prática na USP, como a primeira biblioteca virtual criada por ele, que permite à comunidade acessar uma infinidade de produções científicas, artísticas, acadêmicas e técnicas. “Uma biblioteca virtual poderia dispor de todos os livros que um aluno do ensino fundamental ou médio no Brasil precisaria para fazer seus trabalhos escolares”, sugere.

Para Manhães, do IFF, a EaD pode ser “extremamente produtiva” para a requalificação de trabalhadores, não servindo porém a crianças e jovens, um público que, segundo ele, carece de espaço físico, pois ainda está em processo de formação. “Nessa faixa etária, a EaD pode ser usada para a prática de exercícios complementares”, sugere.

Litto também reconhece que esta modalidade de ensino não serve a todo mundo. “Ela exige um grau de autonomia e maturidade”, orienta. Além disso, afirma, precisa ser optativa. “Ou seja, se o aluno não se sente seguro em ter a ausência de um professor em ‘carne e osso’ ao seu lado, deixe-o ficar no presencial”, sugere. Ele observa que a EaD na educação básica pode servir como atividade complementar. “Mas, na formação de trabalhadores, pode permitir a uma pessoa que trabalha há anos na área têxtil, migrar para a farmacologia, ou qualquer outra área, sem precisar voltar aos bancos escolares”, exemplifica. Além disso, segundo ele, o ensino a distância consegue dar conta de muitas pessoas que têm dificuldades de locomoção ou outras necessidades especiais. “Nesse caso, a escola pode ir até a essas pessoas”, orienta.

Na avaliação de Inês, da Anped, para todas as crianças e jovens em idade escolar, a EaD é “mais danosa que benéfica”. Isso porque, segundo ela, essa modalidade de ensino, para os mais jovens, compromete a função de socialização, bem como algumas dimensões da educação, em especial a educação física (ou do corpo) e a artística. “O sentido de convivência se perde com a EaD, além de colocar em risco a universalidade da educação pública”, observa a professora. Ela critica: “Eu compreendo a defesa da EaD para suprir a ausência de uma escola. Ou seja, onde não é possível ter uma escola, é melhor que se tenha a EaD. Mas, no momento em que se autoriza a modalidade, você acaba desobrigando o Estado de oferecer escolas de qualidade, reduzindo-as outra vez à função de ensino e aprendizagem”.

Voltada para trabalhadores, mas centrada na educação básica, a EJA – que pelas novas diretrizes curriculares do ensino médio, pode ser realizada com até 80% de aula a distância –, também está no meio desse debate. Danielle Cerri, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz que já coordenou a EJA da instituição, fala sobre a importância de se garantir também aos jovens e adultos o direito de usufruírem do espaço escolar. “Precisamos lembrar que a classe trabalhadora a quem a EJA em geral atende é formada por pessoas que já saíram há algum tempo da escola, que não conseguiram por vezes se alfabetizar na infância, que trazem várias demandas pessoais. A essas pessoas não se garante o processo de ensino e aprendizagem apenas com um computador a sua frente, muito menos o processo de socialização”, analisa.

Desinteresse ou necessidade?

Mas por que, então, o espaço da escola muitas vezes é abandonado? Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), a educação básica vem sofrendo com o aumento da evasão escolar em todas as etapas do ensino desde 2014, contrariando o período de queda verificado de 2007 a 2013. O Censo Escolar mostra que, entre 2014 e 2015, 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados nas 1ª e 2ª séries do ensino médio, respectivamente, evadiram da escola. A terceira maior taxa de evasão fica com o 9º ano do ensino fundamental (7,7%), seguido do terceiro ano do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino. Parecem muitas e variadas as razões pelas quais esses estudantes abandonam a escola.

Análise da Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativa Pública (Gesta), realizada em 2017 pela Fundação Brava, aponta 14 motivos para a evasão escolar, com destaque para o acesso limitado, em decorrência da falta de escolas, de vagas próximas à residência do jovem e transporte público demorado ou inexistente, e limitações físicas por doenças graves ou por serem portadores de necessidades especiais.

O reitor do IFF destaca também o fato de o jovem não se sentir atraído pela escola. “Uma escola é atrativa e de qualidade quando oferta bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes, espaços para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas, entre outros”, elenca, citando como exemplo o próprio IFF e a EPSJV/Fiocruz.

Na avaliação de Inês, a evasão é motivada, especialmente no ensino médio, pela pressão da vida profissional. “O jovem sai da escola porque precisa trabalhar. Essa é a nossa realidade”, afirma. Ela ressalta que a população mais pobre, quando termina o ensino fundamental, já está “festejando”, porque os pais não chegaram sequer ao fim do primeiro segmento do fundamental. “O cenário é ainda pior, pois muitos deles estão fora da escola, não estão trabalhando ou estão em subempregos”, acrescenta Manhães, observando que as escolas deixaram de cumprir um papel importantíssimo, de inclusão social. “Muitas estão em áreas de conflitos, outras não têm qualquer estrutura física para a oferta de atividades físicas e culturais”, exemplifica.

As dificuldades materiais que obrigam o jovem das camadas mais pobres da população a entrarem precocemente no mercado de trabalho ultrapassam os limites de ação da escola. Mas algumas medidas no campo da educação podem surtir algum efeito sobre esse tipo de problema. A concessão de bolsas é um exemplo. Previsto na Lei de Cotas (12.711/2012), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) do Ministério da Educação, por exemplo, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior através da oferta de uma ajuda de custo de R\$ 400, em média. Deste programa, fazem parte também as ações de auxílio moradia, transporte, alimentação, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, esporte e cultura, executadas pela própria instituição de ensino, que recebe verba do governo federal.

Embora não seja instituição de ensino superior, na EPSJV/Fiocruz os alunos do ensino médio integrado recebem uma bolsa de demanda social no valor de R\$ 150, que é concedida após avaliação de uma comissão interna. Entendendo a realidade de parte dos alunos que, para estar na escola em tempo integral, precisam trabalhar à noite, a Escola Politécnica estuda criar uma bolsa de permanência com um valor mais alto, em substituição ao auxílio de demanda social. Mas, por enquanto, o projeto esbarra nas restrições orçamentárias. Para os alunos cujo passe-livre não cobre a locomoção do mês, é oferecido também um auxílio complementar de transporte. Por ser uma instituição federal, a verba para o custeio das bolsas sai do orçamento anual da instituição.

Tudo isso mostra que a instituição escola cumpre um importante papel “assistencial”, segundo Inês. “Ao pensarmos que ainda vivemos em um país com uma

enorme desigualdade social, é possível afirmar que a escola tem também a função assistencial, de fornecer alimentação, uniforme para garantir a frequência, material escolar e transporte, como parte de uma política educacional em prol da universalização da escolarização”, acrescenta.

Uma dificuldade que atinge principalmente a Educação de Jovens e Adultos é o que fazer com os filhos enquanto os pais – principalmente as mães – estão em aula. Para esse problema, não existe ainda garantia legal no Brasil, embora haja iniciativas isoladas. A EJA da EPSJV/Fiocruz, por exemplo, criou um espaço e uma dinâmica de trabalho para receber essas crianças. “Trata-se de uma demanda dos nossos alunos. Durante as aulas, as crianças são acolhidas por duas mediadoras que promovem teatro, contação de histórias, enfim uma série de atividades que estão aportadas no currículo da EJA”, conta Danielle Cerri. A Escola, que garante ainda três refeições por dia para alunos do ensino médio integrado à educação profissional, que estudam em tempo integral, estendeu esse direito aos estudantes de todos os cursos, inclusive aqueles voltados para adultos trabalhadores, desde que não recebam auxílio alimentação. A garantia de refeição nas escolas públicas está prevista na Lei 11.947/2009 que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). ○



MAIS PERTO DAS PESSOAS

Principal porta de entrada do SUS, a Saúde da Família evita doenças e mortes. Seja de nível superior ou médio, cada trabalhador tem um papel na melhora dos indicadores de saúde da população

Maíra Mathias

Em 2019, a Estratégia Saúde da Família completa 25 anos. Foi uma longa caminhada, com resultados positivos que viraram referência em todo o mundo. Em 1994, quando o então Programa Saúde da Família foi criado, cerca de mil cidades não tinham nenhum médico. E muitas não tinham sequer serviços. A ESF democratizou a atenção à saúde. Há 20 anos, com pouco mais de duas mil equipes, o programa atingia 4,4% da população da época, aproximadamente sete milhões de pessoas. Hoje, a cobertura no país chega a 64% da população. Ou 133,6 milhões. Ela está presente em 5.481 dos 5.575 municípios brasileiros.

Além de enfrentar os vazios assistenciais e problemas graves, como a mortalidade infantil e materna nas regiões Norte e Nordeste, desde o início a ideia que moveu a Saúde da Família era ambiciosa: mudar o modelo herdado do sistema previdenciário, cujo centro era o hospital. Predominava a chamada perspectiva biomédica, muito dependente de remédios, equipamentos e procedimentos. Para isso, o programa se estruturou em equipes multiprofissionais, compostas por médico, enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Depois, se integrariam os trabalhadores da saúde bucal. E outros mais viriam.

Essas equipes deveriam, no seu processo de trabalho, estabelecer uma



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

relação diferente com as comunidades. Em uma frase: ficar mais perto das pessoas. E não só no sentido geográfico. “Onde moram? O que comem? Quanto ganham? Há locais para a prática de esportes? Há violência armada? Têm acesso ao transporte, à escola, ao saneamento? Tudo isso precisa estar no centro das preocupações de todos os trabalhadores da atenção básica para que a prevenção das doenças e a proteção à saúde aconteça”, resume Márcia Valéria Morosini, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Ela explica que o conceito que orienta essa forma de pensar a atenção à saúde é a clínica ampliada, que vai além do indivíduo e do aspecto meramente biológico para tentar compreender as relações políticas, sociais, econômicas e culturais que fazem com que as pessoas adoçam de modo desigual e tenham condições também diferentes de acesso às possibilidades de cura, tratamento, prevenção e promoção.

Para dar conta desses desafios, ficou estabelecido que cada trabalhador precisa dedicar 40 horas semanais à Saúde da Família. E cada equipe é responsável pela população de um território definido. “Cada profissional de saúde dessa equipe tem um olhar e um saber que são indispensáveis”, afirma Stephan Sperling, representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) na câmara técnica da atenção básica do Conselho Nacional de Saúde.

E tudo isso tem relação com outra aposta brasileira: a criação de um sistema público de saúde de caráter universal. Isso porque a cirurgia, a intervenção, a prótese, os medicamentos são muito mais caros. “Quando se deixa de prevenir doenças e promover melhor qualidade de vida, há consequentemente uma maior necessidade de aporte de recursos financeiros. Eu não estou dizendo que atenção primária é barata, pois ela tem que se basear principalmente na qualidade da sua força de trabalho. Precisa de sujeitos bem formados. Mas é muitíssimo diferente do custo de um hospital de alta complexidade”, compara Márcia.

No mundo, diversas pesquisas demonstraram que uma boa atenção primária é capaz de resolver de 80% a 85% dos problemas de saúde da população. Por aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde estabeleceu uma lista de condições que, se tratadas de forma adequada na atenção primária, não chegam ao hospital. Entre 2001 e 2016, a taxa de internações diminuiu 45%, passando de 120 para 66 por cada grupo de 10 mil habitantes. Nas capitais, a redução foi de 24% e nos municípios do interior, chegou a 48,6%. A asma foi a condição de saúde mais impactada (76,6%), seguida por gastroenterites (66,5%) e doenças cardio e cerebrovasculares (57,3%). Os números foram levantados pelos pesquisadores Luiz Felipe Pinto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Ligia Giovanella, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

E não se trata só de economia de recursos financeiros, mas de menos sofrimento para a população. Num estudo de percepção social divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2011, a ESF foi o serviço

mais bem avaliado do SUS. No Brasil, 80,7% dos entrevistados que tiveram seu domicílio visitado por algum membro da equipe de Saúde da Família opinaram que o atendimento prestado é muito bom ou bom. Apenas 5,7% afirmaram que o atendimento é ruim ou muito ruim.

Luiz Augusto Facchini, coordenador da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde e professor da Universidade Federal de Pelotas, destaca que a ESF vai bem até em pesquisas mais “curiosas”. É o caso de um relatório do Banco Mundial lançado durante as eleições de 2018 e adotado informalmente por diversos candidatos à Presidência, que recomenda reformas para o SUS. “O documento propõe a privatização do Sistema Único, inclusive com ênfase na privatização da atenção primária para organizações sociais [OSS]. Mas o curioso é que conclui que justamente este, um dos poucos âmbitos do SUS com preponderante ação do setor público – uma vez que média e alta complexidade são serviços contratados [do setor privado], em sua maioria – é o mais eficiente”, relata. O organismo estimou que o nível de eficiência da atenção primária no Brasil é de 63%, enquanto o da média e alta complexidade fica bem abaixo, em 29%.

Por trás desses números, estão trabalhadores que contribuem todos os dias para que a saúde seja, de fato, um direito humano. E, apesar de muito invisibilizados, muitos deles são de ‘nível médio’: agentes, auxiliares e técnicos.

O médico

O fim da parceria entre Cuba e Brasil no programa Mais Médicos dominou o noticiário em novembro e dezembro do ano passado. A repercussão mostrou que a população e os próprios gestores públicos reconhecem a importância desse profissional para a garantia do bem-estar e da saúde. De outro lado, como também revelou a crise, sua presença na atenção básica não está consolidada. E seu papel na Saúde da Família nem sempre é cumprido de acordo com os princípios dessa estratégia. “Se a atenção primária é a porta de entrada no SUS, não adianta ter por lá um profissional que só está preocupado com incorporação tecnológica. Isso gera um monte de *stent* desnecessário para pacientes de baixo risco cardiovascular, próteses de quadril desnecessárias para pessoas que teriam mais benefícios com atividades físicas e práticas integrativas para tratar suas artroses. Sem falar na prescrição desenfreada de alguns medicamentos, como a estatina. Se o médico está preocupado com a doença, com certeza vai negligenciar as dores do povo brasileiro que estão se avolumando e aparecem no nosso cotidiano”, observa Stephan Sperling, que também atua como médico da Estratégia Saúde da Família no bairro Jardim São Jorge, localizado na zona oeste de São Paulo. E acrescenta: “O cuidado centrado em pessoas é essencial para a atenção primária. O médico de família não é especialista em um órgão, ou em uma condição, mas em relacionamentos”.

Um importante desafio que o Brasil quis enfrentar com a criação da Saúde da Família é a superação da histórica dominância desse profissional. No dia a dia de uma unidade básica de saúde, o cuidado da população precisa ser compartilhado por todos os trabalhadores da equipe. “É essencial o médico de família entender que o cuidado e a clínica não pertencem a ele. O usuário é muito mais complexo e só o olhar médico não vai dar conta das suas questões de saúde”, reforça Stephan. Para isso, o processo de trabalho precisa ser horizontal. Ele conta que não é incomum que profissionais de nível superior com uma “pegada” hospitalar interrompam os trabalhadores técnicos nas reuniões de equipe, em que se relatam os casos. “Na atenção básica nossa preocupação não pode se limitar ao diagnóstico. As pessoas são diferentes e têm relações diferentes com as suas doenças e com seus processos de cuidado. Então, vamos deixar o agente comunitário falar até o final? Com seu conhecimento da pessoa, da família e da comunidade, ele pode indicar questões muito mais importantes para o cuidado de uma osteoartrose do que aplicação de remédio na articulação”, exemplifica.

O cuidado compartilhado deve estar expresso na organização da rotina do serviço. Stephan revela que, na sua unidade de saúde, a marcação de consultas não é feita com o médico, mas com a equipe. “Um dia é com médico, outro com enfermeiro e vai dividindo”, diz. E, lá, a visita domiciliar não é atribuição de um único profissional,

mas de todos. No país, cada equipe é responsável, em média, por 3.450 pessoas. No local onde Stephan trabalha, o número é ligeiramente maior: 3,6 mil. Por isso, explica, se estabelecem prioridades: pacientes acamados, com quadro de saúde mental que dificulte a saída de casa, como a demência, e idosos que moram sozinhos. De acordo com ele, a literatura internacional preconiza que o ideal é que cada equipe seja responsável por 2,5 mil pessoas. Por aqui, segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), esse número pode variar de dois a 3,5 mil o que, na avaliação de Stephan, acaba jogando as médias para cima e prejudicando a população de diversas formas: dificultando o acesso, o agendamento de consultas de retorno e o acompanhamento de casos complexos, por exemplo.

E como o médico faz a diferença na vida das pessoas? “As doenças cardiovasculares são a principal causa de mortes no mundo todo. Também há evidências de que áreas de pobreza são locais onde essas enfermidades são mais prevalentes. Ter um médico que saiba indicar os rastreamentos de glicemia de jejum, colesterol, triglicérides e função renal faz diferença. Conduzir bem um episódio de pressão alta, orientar a respeito de obesidade muda indicador de mortalidade e muda internação sensível por atenção primária”, responde Stephan.

Enfermagem

A enfermagem é a maior força de trabalho do SUS e a segunda mais numerosa na Estratégia Saúde da Família, onde está presente por meio de três trabalhadores: o enfermeiro, o técnico e o auxiliar. Carlos Leonardo Cunha, professor da Universidade Federal do Pará e vice-diretor da Associação Brasileira de Enfermagem de Família e Comunidade (Abefaco), explica que o enfermeiro possui funções que incluem o acolhimento dos usuários com escuta qualificada, passam pelo planejamento, gerenciamento, avaliação e supervisão das ações dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, além do atendimento propriamente dito, com consultas. O auxiliar tem escolaridade de nível fundamental e o técnico, de nível médio. E esta, de acordo com ele, é a principal distinção entre ambos, que realizam

procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, sempre sob supervisão do enfermeiro.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a maioria dos municípios brasileiros poderia aumentar a cobertura de pré-natal se adotasse as chamadas práticas avançadas de enfermagem. Carlos explica que essa discussão não é nova: surgiu na década de 1950, nos Estados Unidos, e foi se espalhando por diversos países, inclusive aqueles com sistemas públicos universais como Canadá, Espanha e Reino Unido. Por aqui, continua ele, desde 1986 a lei do exercício profissional dá respaldo para que o enfermeiro faça consultas, prescreva alguns medicamentos e peça certos exames. Os obstáculos, lista, vão desde a formação – que muitas vezes não o prepara para essas atribuições – a resistências corporativas, já que predomina o senso comum de que essa atuação substituiria o médico. “Ainda tem um desconhecimento geral, mas vários estudos mostram que as práticas avançadas aumentam a satisfação dos usuários, melhoram o acesso e o atendimento”, afirma. Hoje, duas cidades concentram os exemplos dessas práticas: Florianópolis e Porto Alegre. “Por lá, existe a prática de enfermagem ampliada com protocolos estabelecidos”.

E como atenção básica se faz com pessoas, a formação é um assunto que tem rebatimento direto na qualidade dos serviços e, conseqüentemente, nos indicadores de saúde. Nesse sentido, alerta Carlos, ainda há muito o que avançar quando se pensa nos trabalhadores de nível médio da enfermagem. O problema começa na ausência de políticas públicas tocadas por instituições de Estado. É que 90% deles se formam em escolas privadas que, via de regra, não têm sintonia com o Sistema Único. O índice da categoria, como um todo, também é alto: 80%. “Em geral, esses trabalhadores chegam à atenção primária com a lógica do hospital”, resume. Por isso, diz, não é incomum que o técnico e o auxiliar acabem “isolados” na sala de vacina ou curativo, por exemplo.

Uma exceção são as 41 Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), instituições públicas ligadas aos governos estaduais e municipais, que já tiveram protagonismo nessa formação, principalmente a partir do Profae, projeto lançado pelo governo federal em 2000 com foco na profissionalização de 225 mil atendentes de enfermagem, trabalhadores que, então, faziam parte da categoria, mas não tinham nenhuma formação. Hoje, as ETSUS passam por dificuldades de financiamento (leia mais na Poli nº 59).

Se a formação fosse diferente, ou houvesse educação permanente para esses trabalhadores, o vice-presidente da Abefaco acredita que eles poderiam se integrar de maneira mais orgânica, atuando no acolhimento, indo ao território fazer visitas

domiciliares, analisando indicadores de saúde. “Isso prejudica a população porque um profissional formado na lógica biomédica vê a pessoa, mas não vê a família ou a comunidade, que são o foco da ESF. Muitas vezes, atende como se estivesse em um pronto-socorro”, lamenta. A Abefaco lançou um guia de trabalho para o enfermeiro na atenção primária em 2017 e trabalha, agora, num documento que oriente a atuação dos técnicos.

Mas num país continental e desigual como o nosso, destaca Carlos, o escopo de práticas do enfermeiro e dos trabalhadores de nível médio é muito dinâmico, varia de estado para estado. Nos lugares em que não se consegue fixar o médico, a enfermagem tem muito protagonismo. “Cabe ao enfermeiro diagnosticar doenças, como tuberculose e hanseníase, e iniciar o tratamento. A realidade do Rio é totalmente diferente do Pará. Quanto mais afastado o município, maior o escopo. Não existe uniformidade nas práticas da enfermagem”, relata ele, que atuou como enfermeiro na atenção básica em comunidades ribeirinhas e quilombolas do Maranhão. O Conselho Federal de Enfermagem prepara uma pesquisa nacional para conhecer esse cenário.

O agente comunitário

É ponto pacífico que o germe da Saúde da Família foi o PACS, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, criado em 1991. E, por sua vez, a atuação desse trabalhador como a conhecemos surgiu pouco antes da criação do SUS, no Ceará. “Desde a implantação do PACS, ele contribuiu para a mudança do perfil de morbidade e mortalidade, que são indicadores muito expressivos da qualidade de vida de um país. Diminuir mortalidade infantil, materna e mortes por causas evitáveis, como a diarreia, por meio de procedimentos muito simples como ensinar o soro caseiro, ampliar a imunização das crianças por meio da educação em saúde, são conquistas viabilizadas através do trabalho do agente comunitário”, conta Márcia Valéria Morosini.

No plano internacional, compara ela, existe um trabalhador semelhante ao agente comunitário. É o *community health worker*. Em vários países, ele



está associado a estratégias de ampliação de cobertura e viabilização de acesso à saúde a grupos populacionais com alguma especificidade cultural ou em condições de pobreza. Mas não necessariamente está vinculado a um sistema público de saúde. “É essa característica que distingue o agente comunitário de seus pares estrangeiros. No Brasil, ele está inserido em uma política pública no contexto de um sistema universal de saúde. Por aqui, o agente não está só envolvido na ampliação de cobertura, mas num processo de expansão do direito à saúde visando a sua universalização”, explica a pesquisadora.

O agente comunitário de saúde cadastra as famílias, as localiza no território e contribui, com esse conhecimento, para o diagnóstico da situação de vida dessas pessoas. E, assim, ajuda a orientar a organização do processo de trabalho da equipe de Saúde da Família. Além disso, acrescenta Márcia, por morar na comunidade, o agente tem acesso a determinados sofrimentos e singularidades da vida das pessoas das áreas em que atua que, de outra forma, estariam invisibilizados para os serviços de saúde. “Claro que a gente tem que tomar cuidado quando fala sobre isso porque se você não está munido de uma concepção ampliada de saúde pode simplesmente usar esse olhar para promover medicalização, e isso a gente não quer”, alerta.

Saúde bucal

Desde 2000, os profissionais de saúde bucal – cirurgião-dentista, técnico e auxiliar – podem fazer parte da equipe de Saúde da Família e têm responsabilidade pela mesma população e território que o médico, o enfermeiro e os profissionais de nível médio que compõem o núcleo duro dessa estratégia. Sua atuação trouxe avanços importantes, conta Paulo Capel Narvai, professor da Universidade de São Paulo (USP). Um levantamento do Ministério da Saúde de 1986 mostrou que a prevalência de cáries em crianças de 12 anos era de 6,7. Ou seja, ao chegar nessa idade, praticamente sete dentes estavam cariados no momento do exame ou tinham sido restaurados e mesmo extraídos antes. Em 2010, essa média caiu para 2,1. Por outro ângulo, o quadro também evoluiu quando se pensa em crianças que nunca tiveram cárie na vida. “Houve uma inversão brutal: elas representavam entre 10% e 15% do total em 1986. No último levantamento, em algumas regiões, era metade das crianças”, diz.

De acordo com Narvai, um tripé produziu essa alteração no perfil epidemiológico: fluoretação da água, adição de flúor em cremes dentais e a mudança nas características dos programas de saúde bucal. Antes do SUS, o acesso era muito restrito. “Melhorou bastante, embora ainda seja alguém das necessidades da população”, constata o pesquisador. Se a ESF cobre 65% da população, o número diminui para 41% quando se olha para as equipes de saúde bucal. Nas regiões metropolitanas, as médias pioram e patinam nos 30%, observa ele. Anteriormente, as ações se resumiam a restauração e extração dentária. “Essa ênfase foi deslocada gradativamente para as ações coletivas ligadas à prevenção de cárie, aplicação de flúor, orientação de escovação e dieta”, lista.

O próprio conceito de equipe de saúde bucal, acrescenta, nasce com o SUS, no contexto da Reforma Sanitária. Até meados dos anos 1980, predominava o modelo da odontologia escolar: dentistas tinham consultório em colégios, onde faziam restaurações e extrações. Às vezes davam palestras para as crianças. “O dentista, sozinho, também atendia em centros de saúde gestantes ou participantes daqueles programas clássicos de saúde pública, voltados para doenças como tuberculose e hanseníase. E o dentista do posto de assistência previdenciária também atuava sozinho. Às vezes, havia alguém o auxiliando, um atendente de enfermagem sem formação específica que lavava, secava, colocava os materiais para esterilizar, ajudava em algumas coisas do consultório, tinha pouquíssimas funções clínicas, às vezes nenhuma. Seu papel era basicamente manter o espaço limpo”, relembra.

Esse modelo já era muito criticado na época. Na 7ª Conferência Nacional de Saúde, em 1980, o grupo que analisou a saúde bucal propôs que o sistema público de saúde deveria formar e incorporar profissionais de nível médio, como auxiliares e técnicos. Mais tarde, conta Narvai, experiências em municípios como Curitiba,

Santos e Recife mostraram que havia um ganho importante para os programas de saúde bucal quando havia a participação de profissionais de nível médio. “Surge um movimento para regularizar o exercício profissional que deságua numa lei sancionada no fim do segundo governo Lula”, conta. Para o professor, embora a regulamentação tenha colocado num outro patamar os enfrentamentos nessa área, ainda hoje há resistência por parte de muitos cirurgiões-dentistas em relação a essa atuação. “Menos do auxiliar e mais do técnico. Em muitos programas, o técnico acaba tendo muitas das suas funções perdidas”, lamenta.

Ele explica que o auxiliar tem grande importância no trabalho clínico, atuando bem perto do profissional de nível superior. Já o técnico, além de trabalhar no contexto da assistência, está qualificado para desenvolver uma série de ações em locais diversos, como aplicação de substância anticárie e orientar a escovação para resolver problemas como gengivite. “Esse trabalho precisa ser planejado, organizado, executado e avaliado pelo conjunto da equipe, e pode ser desenvolvido em creches, escolas, centros comunitários variados, onde a comunidade se reúne”, explica.

Profissionais de nível médio têm atuação importante na prevenção de agravos na saúde bucal. Neste ano, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que surjam 11,2 mil casos novos da doença na cavidade oral em homens e 3,5 mil em mulheres. Esses valores correspondem a um risco estimado de 10,86 casos novos a cada cem mil homens, ocupando a quinta posição; e de 3,28 para cada cem mil mulheres, sendo o 12º mais frequente entre todos os cânceres. Os últimos dados oficiais de óbitos são de 2016, quando 6.088 pessoas morreram por causa da doença. “É um gravíssimo problema de saúde bucal, que mata em todas as classes sociais, e no país inteiro, muito ligado ao tabagismo e ao consumo de bebidas alcoólicas. Mas trata-se também de uma doença que pode ser diagnosticada precocemente e, se tratada de modo oportuno, ter uma evolução positiva. Agentes comunitários e auxiliares de saúde bucal bem treinados em sistemas de saúde organizados podem e evitam desfechos desse tipo”, destaca.

A várias mãos

No SUS, a atenção básica também se faz com outros trabalhadores. Um deles é o agente de combate a endemias, que pode fazer parte da equipe de Saúde da Família, como parte de um esforço de aproximação da vigilância em saúde da assistência. E em 2008, foi criado o NASF, Núcleo Ampliado de Saúde da Família. Nele, dependendo das necessidades locais, podem trabalhar os seguintes profissionais: assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psiquiatra, geriatra, pediatra, ginecologista, médico acupunturista, homeopata, clínico, médico do trabalho, veterinário, sanitaria e arte educador.

Uma das mudanças da nova PNAB foi a criação do cargo de gerente de unidade básica de saúde. De acordo com o Ministério da Saúde, esse profissional deve garantir o planejamento, a gestão e organização do processo de trabalho, coordenação das ações no território e integração da UBS com outros serviços. Ainda segundo a pasta, para exercer a função é preciso ter nível superior e não integrar as equipes mínimas vinculadas à unidade. Cada gerente será vinculado a um estabelecimento de saúde, com no mínimo duas equipes. Deve trabalhar 40 horas semanais. O Ministério informou que está adequando o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o CNES, para que os municípios possam cadastrar os gerentes.

Ameaças

Além das dificuldades intrínsecas à reorientação do modelo assistencial e de problemas históricos, e mais gerais, como o subfinanciamento do SUS, a Saúde da Família chega aos 25 anos sob algumas ameaças. Uma delas é a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), de setembro de 2017, citada por todos os entrevistados desta reportagem. São muitas as críticas (você pode ler mais na Poli nº 53, que tratou do assunto na capa). Mas talvez a principal delas seja o fato de o governo federal ter passado a financiar outros arranjos de

atenção primária feitos pelas prefeituras país afora. Ou seja, a Estratégia Saúde da Família continua existindo. Mas pode perder espaço, já que os gestores podem acessar recursos independentemente da adoção da ESF ou de equipes de saúde ‘tradicionais’.

Isso ganha outra dimensão diante da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos federais até 2036. E das crises fiscais de estados e municípios. Também na opinião dos entrevistados, a confluência desses dois fatores já está acontecendo em pelo menos um lugar: o Rio de Janeiro. Em outubro, a prefeitura apresentou um plano de “reorganização” da atenção básica em que foram extintas 239 equipes de Saúde da Família e 55 de saúde bucal. As demissões devem cortar aproximadamente 1,5 mil trabalhadores. O secretário da Casa Civil, Paulo Messina, foi o porta-voz e explicou em audiências públicas e para a imprensa que a decisão foi tomada com base em critérios socioeconômicos e de produtividade. Assim, os cortes teriam recaído sobre equipes de lugares que supostamente não teriam populações tão vulneráveis e apresentariam, em termos quantitativos, performance pior. A capital foi uma das que mais avançou na cobertura da ESF: passou de 3,5% em 2009 para 68% em 2016.

Paulo Capel Narvai chama atenção para outro exemplo. Na cidade de São Paulo, no início de 2016, havia 2.020 cirurgiões dentistas. No final de 2017, depois de demissões, esse número caiu para 1.942, uma redução de quase 4%. Até junho de 2018, houve mais perdas: chegamos a 1.912. A quantidade de primeiras consultas odontológicas – um indicador importante, pois é quando ocorre o acesso e é feito o plano preventivo terapêutico que dispara o tratamento – caiu 18% em 2017 na comparação com 2016. Tudo isso, segundo a prefeitura, também faz parte de uma “reestruturação” desses serviços. “Quando o movimento precisa ser o contrário, já que temos um déficit de cobertura. Deveríamos ter, em cidades como Rio e São Paulo, um esforço estratégico para aumentar o número de profissionais. Mas não estamos conseguindo nem manter o que temos”, denuncia o professor da USP.

Falando em manutenção, outro fato que preocupa é o fim da parceria entre Cuba e Brasil no programa Mais Médicos. Luiz Augusto Facchini lembra que um ponto de inflexão na Saúde da Família aconteceu depois da criação do programa, em 2013. Naquele ano, a Pesquisa Nacional de Saúde, do IBGE, constatou cobertura de 56,2% dos brasileiros, por 35 mil equipes. “Isso porque no início, a Saúde da Família se expandiu muito, houve novo fôlego a partir de 2005 com um programa de investimento voltado para capitais e cidades com mais de cem mil habitantes. Mas depois houve uma certa desaceleração relacionada com a escassez de profissionais médicos. Entre 2011 e 2013, o crescimento foi modesto, na ordem de 2% ao ano. Só voltou a ter um impulso marcante com o programa Mais Médicos”, explica.

A partir daí, continua ele, foi possível estabilizar equipes que estavam implantadas, mas nas quais havia uma rotatividade muito grande. “Médicos entram e saem e, conseqüentemente, não constroem vínculo com os usuários. Era a realidade de pelo menos 30% das equipes da Saúde da Família. Além disso, passamos em quatro anos de 56% para 65% de cobertura. Foi um salto importante”, relata. Agora, não se sabe se o problema da fixação desses profissionais, e mesmo do provimento para locais muito distantes, como terras indígenas, vai voltar. “Esse é um problema que pode agravar”, alerta Facchini. Até o fechamento dessa revista, de um total de 8.517 vagas, apenas 5.972 havia sido preenchidas por médicos brasileiros. Nos cálculos de integrantes da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde, por todos os benefícios já mostrados, inclusive em relação à economia de recursos, o ideal seria ampliar a Saúde da Família. Para chegar a 75% da população, seriam necessárias por volta de sete mil novas equipes com médicos, dentistas, enfermeiros e profissionais de nível médio.

No ano passado, um marco histórico recolocou a importância desses investimentos na agenda global. Isso porque a Conferência Internacional Sobre os Cuidados Primários de Saúde completou 40 anos em setembro. O resultado daquele encontro realizado em 1978 no Cazaquistão foi a Declaração de Alma-Ata, documento que inspirou a construção de sistemas públicos baseados no princípio do direito à saúde, como o SUS, e sua organização a partir de estratégias como a Saúde da Família. Em outubro, outra conferência, desta vez realizada em Astana, também no Cazaquistão, se dedicou ao tema. O Brasil foi o país mais citado e elogiado ao longo do encontro. Graças à ESF. ○

SUSTENTABILIDADE

Nosso ponto de partida são os anos 1960, quando a questão ambiental emerge no cenário internacional. E, com ela, a pergunta: o planeta é capaz de *sustentar* indefinidamente altos patamares de produção, consumo e a conseqüente poluição gerada? Ou corremos o risco de provocar um colapso? As contradições entre crescimento econômico e conservação da natureza chegam às páginas dos jornais e dos livros. Um deles – ‘Primavera silenciosa’ –, publicado em 1962, foi o primeiro a alertar sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos para a biodiversidade e a saúde humana. E serviria como instrumento do ascendente movimento ambientalista em sua mobilização contra um pesticida utilizado em larga-escala, o DDT, banido ainda nos anos 1970 em vários países. “O agravamento da questão ambiental estava sendo assimilado, mas principalmente crescia a percepção de que esta é uma questão comum e, por isso, necessita de um tratamento articulado entre as nações”, explica o economista Renato Maluf, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

É a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, que inaugura essa articulação. Vinte anos depois, o esforço diplomático envolvendo dezenas de chefes de Estado seria retomado pela ECO-92, que aconteceu no Rio de Janeiro. A diferença entre os dois momentos, contudo, pode ser notada até pelas palavras escolhidas: é que “desenvolvimento” aparece juntinho de “meio ambiente” no nome oficial do evento. O que aconteceu entre uma conferência e outra? No ‘Dicionário da Educação do Campo’, editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e pela Expressão Popular, Carlos Mazzetto explica que a vertente mais crítica do debate ambientalista de primeira hora, que chamava atenção para o padrão de desenvolvimento imposto pelo chamado ‘Primeiro Mundo’ ao ‘Terceiro Mundo’ sofreu uma transfiguração a partir do ‘Relatório Brundtland’, publicado em 1987. O documento elaborado por uma comissão da ONU forjou o conceito de desenvolvimento sustentável, cuja definição você já deve ter ouvido antes: a satisfação das necessidades do presente não podem comprometer a possibilidade de as próximas gerações atenderem suas próprias necessidades.

Desde então, escreveu Mazzetto, desenvolvimento sustentável passou a ser a chave para uma “equação milagrosa” que harmonizaria mercado e natureza. “O relatório adota um discurso de combate à pobreza e simultânea conservação ambiental para as gerações futuras. As contradições, entretanto, são inúmeras, pois acaba afirmando a necessidade do crescimento econômico e arrefecendo a crítica à sociedade industrial e aos países desenvolvidos”, explicou, no verbete.

Mas o fato é que esta formatação se consolidou a ponto de batizar a agenda da ONU para 2030, que tem 17 objetivos

de *desenvolvimento sustentável*. Nesse guarda-chuva, estão desde a erradicação da pobreza à igualdade de gênero, passando por ação contra a mudança global do clima e consumo e produção responsáveis.

Mas, afinal, o que desenvolvimento sustentável tem a ver com sustentabilidade?

Na superfície e a fundo

De acordo com o verbete ‘sustentabilidade’ do Dicionário da Educação do Campo, essa ideia surge como contraponto ao desenvolvimento sustentável, que teria perdido sua capacidade questionadora ao apagar as contradições entre os interesses nacionais, empresariais e sociais envolvidos na crise ambiental. A sustentabilidade, por outro lado, recuperaria os princípios presentes no início do debate na década de 1960 – como, por exemplo, a concepção de que a natureza não é um “ajuntamento” de recursos aleatórios, passíveis de serem “preservados” no varejo, mas um todo integrado em diferentes ecossistemas; ou de que a sustentabilidade dos ecossistemas tem relação direta com a expansão da produção e do consumo. E, nesse sentido, também existiriam sociedades sustentáveis ou insustentáveis. “Determinada forma de relação sociedade-natureza nos trouxe a esta crise ambiental que é, na verdade, socioambiental. Estamos falando das sociedades ocidental-capitalistas que dominaram o mundo nos últimos 500 anos e do modo de apropriação da natureza que se instituiu, a partir da Revolução Industrial”, escreveu Mazzetto, para quem a sustentabilidade seria um “atributo” das populações camponesas e tradicionais, como as indígenas, que têm modos de vida integrados ao meio ambiente. E a insustentabilidade, um “problema civilizatório”.

Mas o engenheiro florestal Luiz Zarref, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), explica que há uma corrente importante que vê também na sustentabilidade um debate perdido. “Principalmente a partir da década de 1990, tanto o conceito de desenvolvimento sustentável quanto o de sustentabilidade foram apropriados pelas empresas para construir estratégias de marketing verde. E mais recentemente, nos anos 2000, para construir a ideia de capitalismo verde, na perspectiva do pagamento por serviços ambientais, dos créditos de carbono e outros mecanismos financeiros que tentam se apropriar de territórios com florestas e outros biomas transformando-os em valor negociado no mercado”, cita.

De fato, um giro pelos sites de grandes empresas revela que todas dão grande destaque à sustentabilidade em suas páginas. Algumas criaram institutos para tocar ações na área. Outras publicam, anualmente, relatórios de sustentabilidade. Há, aliás, um mercado por trás da redação desses documentos, e até uma organização que presta consultoria especializada para empresas e governos, conhecida pela sigla GRI.

A Vale é uma das empresas que contrata a GRI. Em sua página, a mineradora divulga que tem o objetivo de se tornar referência mundial em sustentabilidade no setor até 2030. Procuramos a companhia para uma entrevista. A Vale atenciosamente nos respondeu que, pelo perfil dos outros entrevistados da matéria, a companhia não seria a mais adequada para representar o mundo empresarial. A mineradora brasileira é sócia da australiana BHP na operação da Samarco que, em 2015, protagonizou o maior desastre socioambiental do país: a poluição do rio Doce após o rompimento de uma barragem de rejeitos em Mariana (MG).

A segunda empresa procurada foi a Coca-Cola Brasil, que aceitou responder por e-mail, através de sua assessoria de imprensa, as perguntas enviadas pela reportagem. “Sustentabilidade significa a longevidade do nosso negócio”, definiu Andréa Mota, diretora de sustentabilidade da companhia. E prosseguiu: “E isso só é possível a partir do momento em que entendemos que estamos totalmente conectados ao planeta e à sociedade. Nós buscamos fazer negócio do jeito certo, agindo de forma consciente para moldar o que produzimos e como produzimos para o futuro”. Segundo a executiva, sustentabilidade não pode ser tomada como algo “etéreo”. “Mais do que um conceito, é falar em mudança de cultura e de modelo mental e falar em pessoas. Na Coca-Cola Brasil, por exemplo, nosso time de sustentabilidade trabalha de forma integrada com toda a estratégia e operação do negócio. Os objetivos de sustentabilidade são, também, de todos. Assim como os investimentos da companhia estão em linha com a sustentabilidade a longo prazo. É nosso compromisso atuarmos em diferentes frentes para contribuímos, cada vez mais, com um mundo melhor”, afirma.

A Coca-Cola é a empresa que mais contribui para a poluição dos oceanos com embalagens de plástico, segundo relatório do #breakfreefromplastic, movimento que reúne 1,3 mil organizações no mundo, lançado em outubro de 2018. O levantamento foi feito a partir da coleta de aproximadamente 200 mil embalagens nos mares do mundo todo. “As embalagens, por exemplo, são parte importante do estilo de vida moderno, e componente essencial no nosso negócio. Mas encaramos hoje, globalmente, um problema real e nossa embalagem contribui para esse desafio”, citou Andréa.

A empresa diz atuar alinhada à Agenda 2030. Perguntamos se é possível ser uma grande empresa e uma empresa sustentável ao mesmo tempo. “Com certeza e essa consciência nos traz um enorme senso de responsabilidade”, afirmou a executiva. Zarref, no entanto, problematiza: “A perspectiva da sustentabilidade é completamente aberta. Inclusive para uma ação da Coca-Cola, da Bayer ou de uma grande mineradora como a Vale, que trabalham incessantemente em cima desse conceito, que é um fetiche criado para escamotear o violento processo de apropriação que as empresas fazem dos territórios, das riquezas, dos conhecimentos e da exploração da mais-valia dos trabalhadores”, critica, defendendo que as instituições que se aproximam do campo popular deveriam

abandonar o termo, mesmo que ele seja base de vários acordos internacionais. Na sua avaliação, esses acordos “legitimam a forma mercantilizada de relação com a natureza”. Já Renato Maluf pondera que esses termos nem sempre são incorporados de forma voluntária. “Em alguns casos a incorporação é, digamos, compulsória, na medida em que desenvolvimento sustentável acaba sendo uma referência imposta nos programas de cooperação e ajuda internacional. É muito comum escutar que sem a palavra ‘sustentável’ no projeto, o dinheiro não sai”, observa.

E a saída?

Mas se não for desenvolvimento sustentável, nem sustentabilidade, o que deve balizar o debate ambiental hoje? Para Luiz Zarref, a resposta vem sendo construída por movimentos territoriais: é a agroecologia. “A mediação do ser humano com a natureza para os quilombolas, indígenas e camponeses se dá por meio do trabalho. Não é por meio de investimentos financeiros ou propaganda. Ela se dá produzindo a sua própria existência. E isso inclui alimentos, mas também cultura, educação”, lista, ressaltando que o conceito não deve ser entendido como uma técnica de produção orgânica, mas “na totalidade das relações do ser humano com a natureza, ligada ao processo territorial, também com a soberania ambiental”.

Ao contrário do que aconteceu com a sustentabilidade, reflete, que foi formulada em acordos governamentais e na academia e, segundo ele, levada para as comunidades principalmente por ONGs, justamente por surgir da base, a agroecologia tem menos chances de ser apropriada pela lógica empresarial. “Quem é o sujeito da sustentabilidade? É uma abstração. Quem é o sujeito da agroecologia? É o camponês, o agricultor familiar quilombola ou indígena”, compara.

Já Renato Maluf reconhece que alguns setores econômicos têm perseguido iniciativas menos danosas, tanto na produção quanto no consumo dos bens. Exemplos são o automóvel elétrico ou investimentos no uso da energia solar. “Tem muito investimento em tecnologia nessa direção do sustentável”, observa. Mas, na análise do economista, fica a questão: “Qual a possibilidade de o desenvolvimento tecnológico ser a solução para os problemas que o desenvolvimento tecnológico criou? Penso que ele cumpre um papel, mas nem a tecnologia surge de processos neutros, nem seus benefícios são distribuídos igualmente. Além disso, o processo de desenvolvimento tecnológico segue critérios de rentabilidade e lucro, que se sobrepõem a qualquer outro. As soluções foram sempre, acima de tudo, lucrativas. Até para justificar o capital investido nelas. Portanto, há um conflito de interesses entre o privado e o público. Sobre tudo nos temas ambientais”, alerta. ○

JUSTIÇA SOCIAL: 30 ANOS

ALMANAQUE

“A justiça social é um princípio fundamental de coexistência pacífica e próspera entre as nações. Defendemos os princípios da justiça social quando promovemos a igualdade de gênero ou os direitos dos povos indígenas e dos migrantes. Favorecemos a justiça social quando eliminamos as barreiras que as pessoas enfrentam, por motivos de gênero ou relacionados com a idade, raça, origem étnica, religião, cultura ou deficiência. (...) Infelizmente, a justiça social continua sendo, para uma grande parte da humanidade, um sonho difícil de realizar. A miséria, a fome, a discriminação e a negação dos direitos humanos continuam marcando nosso panorama moral, e a crise financeira mundial ameaça agravar ainda mais estes males”.

Ban Ki-moon, então Secretário Geral das Nações Unidas, em 20 DE FEVEREIRO de 2009, quando se comemorou pela primeira vez o DIA MUNDIAL DA JUSTIÇA SOCIAL.



Relatório 'País estagnado', divulgado pela Oxfam no final de 2018, com dados comparativos entre 2016 e 2017



MID THE
CALO